

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL



SUMÁRIO

DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DOS SEUS TITULARES

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião Ordinária
de 09/07, e Ordinária Pública de 24/07 e
Pág. 02

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Sessão Extraordinária de 21 de julho
2014)
Pág. 08

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA
Despachos
Editais
Pág. 09

Editais
Pág 12

Regulamentos:
Pág 12

CÂMARA MUNICIPAL

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE PENAFIEL DE 09 DE JULHO DE 2014**

Deliberação n.º 323

Assunto: Solicitação de revisão de renda apoiada, referente à inquilina municipal – D.ª Cátia Alexandra Campos – Bloco 3-2.º A-Esq.- Conjunto Habitacional da Fonte da Cruz, Penafiel - UASS

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-02.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da UASS, de 2014-06-09, Requerimento da Habitação Social de Gestão Municipal e/ou do Setor Público, de 2014-06-05, declaração médica, de 2014-06-06 e 2014-03-17, declaração de consulta externa de C. Derma-Pediatria, de 2011-05-10.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 324

Assunto: Minuta de Protocolo a celebrar entre Abílio Augusto Brandão Pinto da Silva e mulher Maria Teresa Faria Garcia com o Município de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta de protocolo.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 325

Assunto: Minuta de Protocolo a celebrar entre Jose António Leal Pais Neto e mulher Florinda Campos Leal Pais Neto com Município de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta de protocolo.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 326

Assunto: Minuta de Protocolo a celebrar entre Busilike Compra de Imóveis para Revenda, S.A e o Município de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta de protocolo.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 327

Assunto: Minuta de Protocolo a celebrar entre Marinha do Céu de Sousa Moreira e marido Rui Abel da Rocha Coelho com Município de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta de protocolo.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 328

Assunto: Minuta de contrato de arrendamento a celebrar entre o Hotel do Monte, Atividades Hoteleiras, SA e o Município de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta de contrato de arrendamento.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 329

Assunto: Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Penafiel e o Serviço Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-06-24.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta de Protocolo de Colaboração.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 330

Assunto: Interdição do acesso a automóveis pesados

Requerente: Diversos Residentes

Local: Urbanização das Quintãs – Pinheiro, Freguesia de Termas de S. Vicente.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-06-23.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da DPAOT, de 2014-06-16, ofício da Junta de Freguesia das Termas de São Vicente, n.º 9.9/2014, planta 1 e 2, com escala 1/500, Informação da DPAOT, de 2014-02-05, plantas 1 e 2, Ofício endereçado para a Junta de Freguesia de Termas de São Vicente, de 2014-02-14, fotografias da utilização abusiva do parque de estacionamento, informação da DPAOT, de 2012-11-09, anexo (Orto-Local em questão), email endereçado por João Nobreza, fotografias de insalubridade Pública, email de Luísa Cruz, enviado para João Nobreza, de 2012-10-31, Email enviado por Luís Moreira em 2012-10-19, carta endereçada por Luís Antonio Pereira Pinto Moreira, acompanhada por fotografias do local, emails enviados pelos serviços a Luís Pereira Moreira em 2012-10-23, 2012-12-06, e a João Nobreza em 2012-12-06, Email enviado aos serviços do Gabinete de Mobilidade em 2012-10-06 por João Nobreza.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 331

Assunto: Contrato de prestação de serviços de mecânico auto – Emissão de Parecer Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-

C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014- DGO

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-03, informação do DGO, de 2014-07-01, informação do DGO, de 2014-07-01, informação da DAT, de 2014-06-26.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Manuel Fernando Lopes da Silva, e Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, emitir Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014, referente ao seguinte procedimento: “Prestação de serviços de mecânico auto”.

Deliberação n.º 332

Assunto: Contrato de prestação de serviços de serralheiro mecânico – Emissão de Parecer Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014- DGO

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-03, informação do DGO, de 2014-07-01, informação do DGO, de 2014-07-01, informação da DAT, 2014-06-26.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Manuel Fernando Lopes da Silva, e Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, emitir Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014, referente ao seguinte procedimento: “Prestação de serviços de serralheiro mecânico”.

Deliberação n.º 333

Assunto: Contrato de prestação de serviços de torneiro mecânico – Emissão de Parecer Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014-DGO

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-03, informação do DGO, de 2014-07-01, informação do DGO, de 2014-07-01, proposta de cabimento n.º 1473, informação da DAT, de 2014-06-26.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Manuel Fernando Lopes da Silva, e Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, emitir Parecer Prévio

Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014, referente ao seguinte procedimento: “Prestação de serviços de torneiro mecânico”.

Deliberação n.º 334

Assunto: Aquisição de Serviços para Circuito de Transportes Especiais – Ano Letivo 2014/2015 – Emissão de Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-02, informação do DGO, de 2014-07-02, informação do DGO, de 2014-07-02.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Manuel Fernando Lopes da Silva, e Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, emitir Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014, referente ao seguinte procedimento: “Aquisição de Serviços para Circuito de Transportes Especiais – Ano Letivo 2014/2015”.

Deliberação n.º 335

Assunto: Aquisição de Serviços de Transporte de Crianças em Táxi para Diversas Escolas do Concelho – Ano Letivo 2014/2015 – Emissão de Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-02, informação do DGO, de 2014-07-02, informação do DGO, de 2014-07-02.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Manuel Fernando Lopes da Silva, e Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, emitir Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014, referente ao seguinte procedimento: “Aquisição de Serviços de Transporte de Crianças em Táxi para Diversas Escolas do Concelho – Ano Letivo 2014/2015”.

Deliberação n.º 336

Assunto: Contratos de Aquisição de Serviços “Prestação de Serviços – Aluguer de diverso material de som, luz

animação e palcos para diversas festividades”– Emissão de Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-04, informação do DGO, de 2014-07-04, informação do DGO, de 2014-07-04.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Manuel Fernando Lopes da Silva, e Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, emitir Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014, referente ao seguinte procedimento: “Prestação de Serviços – Aluguer de diverso material de som, luz animação e palcos para diversas festividades”.

Deliberação n.º 337

Assunto: Atribuição de um subsídio ao Centro Cultural e Grupo Folclórico Infantil de Duas Igrejas para fazer face a obras de restauro da cobertura da sede da coletividade, no montante de € 2.500,00.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da DGO, de 2014-07-03.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 338

Assunto: Atribuição de um subsídio ao Rancho Folclórico da Bela Vista – Galegos, para fazer face às despesas realizadas com as obras de restauro da sede da coletividade, no montante de € 3.000,00

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da DGO, de 2014-07-03, proposta de cabimento n.º 1486, informação endereçada pela Chefe de Gabinete, Dra. Daniela Oliveira, de 2014-07-03.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 339

Assunto: Minuta de Contrato Administrativo referente à execução de obras de reabilitação de fachadas a realizar no âmbito do “Programa Património Ativo”

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-04.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta de Contrato Administrativo.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 340

Assunto: Regulamento do Programa Património Ativo – Conservação e Reabilitação Urbana.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, 2014-07-04.

Documentos que acompanham a proposta: Regulamento do Programa Património Ativo – Conservação e Reabilitação Urbana.

Votação: Aprovado, por unanimidade, nos termos da al. k), do n.º 1 do art.º 33, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos da al. g) do n.º 1 do art. 25 do mesmo diploma.

Deliberação n.º 341

Assunto: Regulamento do Cemitério Municipal

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, 2014-07-04.

Documentos que acompanham a proposta: Minuta de regulamento do Cemitério Municipal.

Votação: Aprovado, por unanimidade, nos termos da al. k), do n.º 1 do art.º 33, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos da al. g) do n.º 1 do art. 25 do mesmo diploma.

Deliberação n.º 342

Assunto: Autorização de repartição de encargos do procedimento “Aquisição de Serviços para Circuitos de Transportes Especiais – Ano Letivo 2014/2015”- DGO

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-02.

Votação: Aprovado, por unanimidade, o envio da repartição de encargos à Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artº 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho.

Deliberação n.º 343

Assunto: Autorização de repartição de encargos do procedimento “Aquisição de Serviços de Transporte de Crianças em Táxi para Diversas Escolas do Concelho – Ano Letivo 2014/2015”- DGO

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-02.

Votação: Aprovado, por unanimidade, o envio da repartição de encargos à Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artº 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho.

Deliberação n.º 344

Assunto: Alteração da redação do artigo 6.º dos Estatutos da Penafiel Verde, E.M

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-06-25.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a seguinte alteração:

Onde se lê:

**Artigo 6.º
Receitas**

Constituem receitas da Penafiel Verde:

- a) As verbas que lhe forem atribuídas pela Câmara Municipal de Penafiel;
- b) As receitas geradas pela sua atividade;
- c) As participações, dotações, subsídios, doações, heranças ou legados que lhe sejam atribuídos ou deixados por qualquer pessoa individual ou coletiva, pública ou privada;
- d) Os rendimentos dos bens próprios;
- e) O produto da alienação de bens próprios, das mais-valias derivadas pela valorização do seu património e verbas arrecadadas dos empréstimos;
- f) Quaisquer outras receitas ou valores que lhe venham a ser atribuídos por lei ou por contrato.

Passará a ler-se:

**Artigo 6.º
Receitas**

1 - Constituem receitas da Penafiel Verde:

- a) As receitas geradas pela sua própria atividade;
- b) As participações, dotações, subsídios, doações, heranças ou legados que lhe sejam atribuídos ou deixados por qualquer pessoa individual ou coletiva de natureza privada;
- c) Os rendimentos dos bens próprios;
- d) E o produto da alienação de bens próprios, das mais-valias derivadas pela valorização do seu património e verbas arrecadadas dos empréstimos;

2 - Apenas constituirão receitas da Penafiel Verde quaisquer verbas que lhe sejam atribuídas pela Câmara municipal de Penafiel ou por pessoa coletiva de natureza pública quando não existam ou falem receitas obtidas pelas vias previstas no n.º 1.

Remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na al. n), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação n.º 345

Assunto: Alteração da redação do artigo 6.º dos Estatutos da Penafiel Activa, E.M

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-06-25.

Votação: Aprovado por unanimidade, a seguinte alteração:

Onde se lê:

**Artigo 6.º
Receitas**

Constituem receitas da Penafiel Activa:

- g) As verbas que lhe forem atribuídas pela Câmara Municipal de Penafiel;

- h) As receitas geradas pela sua atividade;
- i) As participações, dotações, subsídios, doações, heranças ou legados que lhe sejam atribuídos ou deixados por qualquer pessoa individual ou coletiva, pública ou privada;
- j) Os rendimentos dos bens próprios;
- k) O produto da alienação de bens próprios, das mais-valias derivadas pela valorização do seu património e verbas arrecadadas dos empréstimos;
- l) Quaisquer outras receitas ou valores que lhe venham a ser atribuídos por lei ou por contrato.

Passará a ler-se:

**Artigo 6.º
Receitas**

1 - Constituem receitas da Penafiel Activa:

- e) As receitas geradas pela sua própria atividade;
 - f) As participações, dotações, subsídios, doações, heranças ou legados que lhe sejam atribuídos ou deixados por qualquer pessoa individual ou coletiva de natureza privada;
 - g) Os rendimentos dos bens próprios;
 - h) E o produto da alienação de bens próprios, das mais-valias derivadas pela valorização do seu património e verbas arrecadadas dos empréstimos;
- 2- Apenas constituirão receitas da Penafiel Activa quaisquer verbas que lhe sejam atribuídas pela Câmara municipal de Penafiel ou por pessoa coletiva de natureza pública quando não existam ou falem receitas obtidas pelas vias previstas no n.º 1.

Remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na al. n), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Não interveio na discussão e votação, ausentando-se da sala, o senhor Vereador, Sr. Adolfo Amílcar, por impedimento, nos termos do art.º 55, n.º 6 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e alínea a), do artigo 44.º do CPA, e artigo 6.º do Regimento da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 346

Assunto: Programa atividades enriquecimento curricular ano 2014/2015

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-04.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do DGO, de 2014-07-04, informação da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, de 2014-07-04, informação da DGO de 2014-07-04.

Votação: Aprovado, por unanimidade remeter o assunto à Assembleia Municipal, para efeitos do artigo 64.º, n.º 2 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado) e dos n.ºs 1 e 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL DE 24 DE JULHO DE 2014

Deliberação n.º 349

Assunto: Suspensão das Reuniões durante o mês de agosto – GAP.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-16, documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 350

Assunto: Contrato de arrendamento para Habitação de duração limitada – Incumprimento do contrato - Processo n.º 104-24 FC.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-15.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação jurídica, de 2014-07-15, informações da Unidade da Ação Social e Saúde, de 2014-06-26 e 2014-03-20, cópia do contrato de arrendamento em causa, e diversos documentos de identificação.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Manuel Fernando Lopes da Silva, Fernando Augusto Pacheco Malheiro e Agostinho César Gomes Soares, de acordo e com fundamento nas informações supra mencionadas, o seguinte:

1 – Proceder à resolução do contrato de arrendamento para habitação de duração limitada, por incumprimento das cláusulas VII e VIII do mesmo e do art.º 12.º alíneas m) e n) do Regulamento Municipal de Utilização das Habitações Sociais de Gestão ou Promoção Municipal;

2- Proceder ao despejo da fração em apreço e posse administrativa, nos termos do artigo 156.º do CPA (caso esta seja necessária à execução coerciva do despejo);

3- Fixar do prazo de 10 dias (úteis) para a desocupação voluntária do imóvel.

Mais aprovou que a referida decisão deverá ser antecedida de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e segs. do CPA (prazo de 10 dias (úteis) para pronúncia).

Deliberação n.º 351

Assunto: Protocolo de cedência de instalações para a Equipa do Tâmega de Reinserção Social

Requerente: Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-21.

Documentos que acompanharam a proposta: ofício S-IGFIJ/2014/9726, de 07-07-2014, do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., minuta do protocolo da cedência referida em assunto.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a minuta de protocolo de cedência de instalações para a Equipa do Tâmega de Reinserção Social que nos foi enviada pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça,

I.P, com as seguintes retificações resultantes de meros lapsos de escrita:

1 – Na Cláusula Nona (Resolução), alínea d), onde se lê “A violação do disposto na Cláusula Sétima;”, deverá ler-se “A violação do disposto na Cláusula Oitava;”;

2 – Na Cláusula Décima Primeira (Litígios), onde se lê “O presente Protocolo rege-se pela lei portuguesa e em caso de conflito são exclusivamente competentes os tribunais cíveis de Lisboa.”, deverá ler-se “O presente Protocolo rege-se pela lei portuguesa e em caso de conflito é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel.”.

Deliberação n.º 352

Assunto: Atribuição de um subsídio à Associação Columbófila de Boelhe, referente à época desportiva 2013/2014, no montante de € 450,00.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador do Pelouro do Desporto, de 2014-07-11.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Unidade de Gestão do Desporto, de 2014-07-07, ofício da Associação Columbófila de Boelhe, de 2014-06-26.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a atribuição de um subsídio à Associação Columbófila de Boelhe, referente à época desportiva 2013/2014, no montante de € 450,00.

Deliberação n.º 353

Assunto: Aprovação da minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Futebol Clube de Penafiel, para a época 2014/2015.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2013-07-09.

Documentos que acompanharam a proposta: minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Futebol Clube de Penafiel para a época 2014/2015.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Futebol Clube de Penafiel, para a época 2014/2015.

Deliberação n.º 354

Assunto: Revogação da deliberação n.º 592, tomada na reunião de Câmara Municipal de 2011-01-06, que aprovou a alteração à cláusula nona do Contrato de “Beneficiação e Exploração do Restaurante das Piscinas Municipais de Penafiel”.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-10.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a revogação da deliberação n.º 592, tomada na reunião de Câmara Municipal de 2011-01-06, que aprovou a alteração à cláusula nona do Contrato de “Beneficiação e Exploração do Restaurante das Piscinas Municipais de Penafiel”.

Deliberação n.º 355

Assunto: Aprovação de encargos com a atribuição de passes 4-18 – ano letivo 2013/2014 - 3º Período

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-09.

Documentos que acompanham a proposta: Informação da Unidade de Educação, Juventude e Tempos Livres, de 2014-07-09.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 356

Assunto: Incumprimento do contrato administrativo, celebrado em 8 de Fevereiro de 2013, com A NUMATI UNIPessoal, LDA.

Proposta: Subscrita pela senhora Vice Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-18.

Documentos que acompanham a proposta: Requerimento da NUMATI UNIPessoal, LDA., datado de 2014-07-18, informação da DGO, de 2014-05-26, cópia do contrato administrativo acima referido.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Manuel Fernando Lopes da Silva, Fernando Augusto Pacheco Malheiro e Agostinho César Gomes Soares, o seguinte:

A – A aceitação do pedido de rescisão do contrato, a produzir efeitos a partir do dia 1 de setembro aplicando-se o descrito nos n.º 5 e 6 da cláusula 8.º do contrato, a saber:

1. Pela cessação do contrato não assistirá ao terceiro outorgante o direito de reclamar do primeiro o pagamento de qualquer indemnização.

2. Findo o contrato o outorgante deverá devolver o bem cedido ao município até ao dia 5 de setembro entregando-o nas mesmas condições em que o encontrou, ficando a seu cargo todas as despesas necessárias à remoção de todo material usado na ocupação.

B – A decisão de notificar a NUMATI Unipessoal, Lda. de que, caso não devolva o bem cedido ao município até ao dia 5 de Setembro, entregando-o nas mesmas condições em que o encontrou, a Câmara Municipal considera esgotadas as possibilidades de resolução da situação em apreço pela via voluntária e consensual, não restando ao município de Penafiel, outra alternativa que não seja a de decidir, de acordo com a informação jurídica de 26 de maio de 2014, extinguindo o contrato administrativo, celebrado em 8 de Fevereiro de 2013, com a NUMATI Unipessoal, Lda, ao abrigo da cláusula 8.º n.º 1 al. a), por incumprimento da cláusula 2ª n.º 4, als. a) e c) e 3ª n.º 2, podendo, caso não ocorra a desocupação nos termos determinados, o município proceder às diligências que forem necessárias para tomar posse administrativa, em conformidade com o disposto no art.º 156.º, do CPA.

C – A notificação da decisão do executivo municipal, deverá conter o descrito nos dois pontos anteriores e facultar ao interessado um prazo para audiência prévia (não inferior a 10 dias úteis), nos termos dos artigos 100.º e segs. do CPA, sobre o descrito no ponto B.

D – Deve ser dado conhecimento das decisões da câmara municipal sobre este assunto à Freguesia de Galegos, dado esta autarquia também ser parte no contrato.

Deliberação n.º 357

Assunto: Receção Definitiva - autorização da receção definitiva referente ao processo de loteamento n.º 24/91, nos termos do n.º 2, do art.º 50º, do Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, de acordo com Auto de Vistoria - Receção Definitiva – DGU.

Requerente: António Prata de Melo

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2014-04-07.

Documentos que acompanham a proposta: Auto de Vistoria - Receção Definitiva, de 6 de Março de 2014.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a receção Definitiva - autorização da receção definitiva referente ao processo de loteamento n.º 24/91, nos termos do n.º 2, do art.º 50º, do Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, de acordo com Auto de Vistoria - Receção Definitiva – DGU.

Deliberação n.º 358

Assunto: Deferimento do pedido de emissão de licença de exploração para instalação de armazenamento de produtos de petróleo, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto – Lei 267/2002 de 26 de novembro, com a redação dada pelo Decreto – Lei n.º 217/2012 de 09 de outubro - processo n.º 1/CO/13 – DGU

Requerente: MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador, Adolfo Amílcar, de 2014-07-03.

Documentos que acompanham a proposta: Auto de Vistoria, de 2014-05-28.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento no auto acima mencionado deferir o pedido de emissão de licença de exploração, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º do decreto – Lei 267/2002 de 26 de novembro, com a redação dada pelo decreto –lei n.º 217/2012 de 09 de outubro.

Deliberação n.º 359

Assunto: Substituição de garantia bancária no valor de 598,56€, por depósito bancário do mesmo valor – Processo de Loteamento n.º 67/89 – DGU.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador, Adolfo Amílcar, de 2014-07-02.

Documentos que acompanham a proposta: Informação técnica, de 2014-06-27.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação técnica a autorização de substituição de garantia bancária no valor de 598,56€, por depósito bancário do mesmo valor – Processo de Loteamento n.º 67/89 – DGU.

Deliberação n.º 360

Assunto: Prestação de serviços “Remodelação da Escola Conde Ferreira”, “Remodelação/Construção de Canil e Gatil Municipal”, “Remodelação do Edifício da Divisão

do Ambiente” – Emissão de Parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º, da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-15.

Documentos que acompanharam a proposta: Informações do DOSMA - GOMFCS, ambas de 2014-07-15.

Votação: Aprovado, por unanimidade, emitir parecer Prévio Vinculativo, nos termos do disposto no n.º 11 do Art.º 73.º, da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento Estado para o ano de 2014, referente ao seguinte procedimento:

- Prestação de serviços - “Remodelação da Escola Conde Ferreira”;
- Prestação de serviços - “Remodelação/Construção de Canil e Gatil Municipal”;
- Prestação de serviços - “Remodelação do Edifício da Divisão do Ambiente”.

Deliberação n.º 361

Assunto: Colocação de sinalização de sentido único na Avenida Marginal, Freguesia de Sebolido – DPAOT/GM132.14.

Requerente: Junta de Freguesia de Sebolido

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-17.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Divisão de Projetos de Arquitetura e Ordenamento Territorial – Gabinete de Mobilidade, de 2014-07-15, requerimento da Junta de Freguesia de Sebolido, de 2014-05-19, informação técnica da Unidade de Operações Urbanísticas e Licenciamentos, de 2014-07-03.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação da Divisão de Projetos de Arquitetura e Ordenamento Territorial – Gabinete de Mobilidade.

Deliberação n.º 362

Assunto: Alteração de sentido de circulação na Rua de Quintandona, Freguesia de Lagares e Figueira – DPAOT/GM133.14.

Requerente: Junta de Freguesia de Lagares e Figueira

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-17.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Divisão de Projetos de Arquitetura e Ordenamento Territorial – Gabinete de Mobilidade, de 2014-07-16, mail da Junta de Freguesia de Lagares e Figueira, de 2014-07-15.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação da Divisão de Projetos de Arquitetura e Ordenamento Territorial – Gabinete de Mobilidade.

Deliberação n.º 363

Assunto: Colocação de sinalização de trânsito e estacionamento para a Festa do Caldo de Quintandona, Freguesia de Lagares e Figueira – DPAOT/GM135.14.

Requerente: CASAXINÉ – Associação para a Promoção e Desenvolvimento Cultural de Quintandona

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-18.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Divisão de Projetos de Arquitetura e Ordenamento Territorial – Gabinete de Mobilidade, de 2014-07-16, documento descritivo da sinalização de trânsito e estacionamento da Festa do Caldo de Quintandona e respetivas plantas, mails trocados entre a associação CASAXINÉ – Associação para a Promoção e Desenvolvimento Cultural de Quintandona e a Câmara Municipal de Penafiel.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação da Divisão de Projetos de Arquitetura e Ordenamento Territorial – Gabinete de Mobilidade.

Deliberação n.º 364

Assunto: Minuta do protocolo de cedência, ao domínio público, de uma parcela de terreno com a área de 25m2 a celebrar entre Fernando Soares de Barros, Carla Maria Soares de Barros, Susana Filipa Soares de Barros, João Ferreira de Barros e a Câmara Municipal de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-17.

Documentos que acompanharam a proposta: minuta do protocolo referido em assunto.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a minuta protocolo de cedência mencionado em assunto, e conferir poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua assinatura.

Deliberação n.º 365

Assunto: Atribuição de subsídios à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel (€11 705,00), Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa (€6 250,00), Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios (€10 291,00).

Requerentes: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador do Pelouro da Proteção Civil e Defesa da Floresta, em 2014-07-17.

Documentos que acompanharam a proposta: Ofício 415/14, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel, datado de 2014-06-11, ofício n.º 151, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa, datado de 2014-06-11, ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios, datado de 2014-07-04.

≈

Votação: Aprovado, por unanimidade, a atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel, no valor de €11 705,00, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa, no valor de €6 250,00 e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios, no valor de €10 291,00.

Deliberação n.º 366

Assunto: Minuta do Protocolo de Constituição do Direito de Superfície, a celebrar entre Associação de Municípios do Vale do Sousa e a Câmara Municipal de Penafiel

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-21.

Documentos que acompanham a proposta: minuta do protocolo referido em assunto.

Votação: Aprovada, por unanimidade, a minuta do Protocolo de Constituição do Direito de Superfície, a celebrar entre Associação de Municípios do Vale do Sousa e a Câmara Municipal de Penafiel, e conferir poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua assinatura.

Deliberação n.º 367

Assunto: Toponímia da Freguesia de Penafiel – 3.ª Alteração

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amilcar, de 2014-07-21.

Documentos que acompanham a proposta: Ata da quinquagésima sexta reunião da Comissão Municipal de Toponímia, de 2014-07-18, toponímia da freguesia de Penafiel e uma planta com identificação dos topónimos.

Votação: Aprovado, por unanimidade, nos termos da alínea ss), n.º 1, art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Deliberação n.º 368

Assunto: Ratificação do contrato-promessa de compra e venda a celebrar entre Maria Teresa Queiroz Barroso Mendes de Vasconcelos, na qualidade de tutora de seu pai, António Vicente Leão Mendes de Vasconcelos e o Município de Penafiel, representado por Antonino Aurélio Vieira de Sousa, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2014-07-17.

Documentos que acompanham a proposta: Contrato-promessa mencionado em assunto.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a ratificação do contrato-promessa de compra e venda a celebrar entre Maria Teresa Queiroz Barroso Mendes de Vasconcelos, na qualidade de tutora de seu pai, António Vicente Leão Mendes de Vasconcelos e o Município de Penafiel, representado por Antonino Aurélio Vieira de Sousa, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 369

Assunto: Discussão e votação da proposta de aprovação em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Votação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE JULHO DE 2014

Proposta da Câmara do Regulamento do Programa Património Ativo – Conservação e Reabilitação Urbana, nos termos da al. g) do n.º 1 do art. 25 Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

[Aprovado por unanimidade]

Proposta da Câmara Municipal de Regulamento do Cemitério Municipal, nos termos da al. g) do n.º 1 do art. 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

[Aprovado por unanimidade]

Proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos do procedimento "Aquisição de Serviços para Circuitos de Transportes Especiais - Ano Letivo 2014/2015", para efeitos do disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

[Aprovado por unanimidade]

Proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos do procedimento "Aquisição de Serviços de Transporte de Crianças em Táxi para Diversas Escolas do Concelho – Ano Letivo 2014/2015", para efeitos do disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

[Aprovado por unanimidade]

Proposta da Câmara Municipal de alteração da redação do artigo 6.º dos Estatutos da Penafiel Verde, E.M, nos termos do disposto na al. n), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

[Aprovado por maioria]

Proposta da Câmara Municipal de alteração da redação do artigo 6.º dos Estatutos da Penafiel Activa, E.M, nos termos do disposto na al. n), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

[Aprovado por maioria]

Proposta da Câmara Municipal de abertura do procedimento do programa de atividades de enriquecimento curricular ano letivo de 2014/2015, e

sua autorização prévia de assunção de compromisso plurianual, para efeitos do n.º2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado) e do n.ºs 1 e 6, artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

[Aprovado por unanimidade]

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Despacho de 01 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos

Joaquim Teixeira Ferreira
Maria da Gloria Sousa Ferreira
José Maria Sousa Moreira
José Soares Rocha e Outra
Maria Alice Gomes da Silva e outra
Pontagono XXI Investimentos, SA.
Paula Cristina Rocha Teixeira
Fernanda Eduarda n. Silva Teixeira
Manuel Pereira Bandeira

Autorização de Utilização Deferidos:

Carlos Vítor Barroso da Silva, Proc. n.º 166/UT/14
José Augusto da Silva Moreira, Proc. n.º 159/UT/14
Eva Felicidade Ferreira Moreira Pinto Proc n.º169/UT/14
Manuel Moreira Leal proc. n.º 136/UT/14
Joaquim Barros Ferreira, Proc. n.º 153/UT/14

Despacho de 02 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos

Teresa Margarida Mendes Magalhães Aguiar
Henrique Pereira do Lago de Carvalho
Maria Manuela Soares de Oliveira Silveiras

Despacho de 03 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Augusto Mendes Gomes
Armindo Fernando Vieira Mendes
OBL. Lda.
Lídia Maria da Costa e Silva
Banco Espírito Santo SA.
Banco Espírito Santo SA.
Manuel dos Anjos da Silva Pinto
Carla Mónica Moreira Barbosa
Maria de Fátima Ferreira Espincho
Luís Miguel Ferreira Vieira
António Manuel de Jesus Rocha
Carmem Silva Barbosa
Joaquim de Sousa Moreira
Manuel Agostinho Cruz Oliveira
Manuel Joaquim Rocha Moreira
Francisco José Teixeira Ferreira
Maria da Conceição Soares Ferreira

Autorização de Utilização Deferidos:

Maria Graça Rocha Coelho Soares, Proc. n.º 161/UT/14
José Henrique de Sousa Moreira, Proc. n.º 174/UT/14
Maria de Fátima Lopes Jardim, Proc. n.º 168/UT/14
Mónica Cristina Lopes Jardim, Proc. n.º 167/UT/14

Autorização de Utilização Indeferido:

Vítor Manuel da Silva Coelho, Proc. n.º 47/UT/14

Despacho de 04 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Cristina Raquel Ferreira Pinto
Artur José de Sousa Moura
Rui Pedro Vieira da Silva Carvalho
Patrícia do Carmo da Rocha Gomes
Serafim Jorge Sousa Moreira

Autorização de Utilização Deferido:

Manuel Silva Neto, proc. n.º113/UT/14

Processos de Obras Deferidos:

Manuel Joaquim Ferreira Coelho e outros, Proc. n.º 12/LI/14
Maria de Lurdes Moreira Aguiar, proc. n.º 244/LI/12
Centro Paroquial Casa da Sagrada Família, Proc. n.º 191/LI/13
Manuel Joaquim Guedes Sousa, Proc. n.º 230/LI/13
Joaquim Ramos da Costa, Proc. n.º 101/LI/14
José Luís Teixeira Coelho, Proc. n.º 396/LI/12
Joaquim Brochado Mendes, proc. n.º 142/LI/13
Maria da Conceição Mota Teixeira da Cruz, Proc. n.º 65/LI/14
José Manuel Moreira Ferreira e Outra, Proc. n.º 366/LI/13
Américo Augusto Silva Pereira Teixeira, Proc. n.º 13/LI/14

Alteração ao Alvará de Loteamento Deferido:

Abílio Moreira Rodrigues, Proc.n.º478/LI/79

Processo De Obras Indeferido:

Manuel Joaquim Lopes da Cruz, Proc. n.º 97/LI/14

Despacho de 08 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Victor Sérgio Coelho Barbosa Vieira
Paula Elisabete Rosa Ferreira
Celeste da Conceição Moreira vieira
Maria da Graça da Rocha Coelho Soares
Maria Raquel Vieira Moreira
Agostinho José Ribeiro Correia

Processos de Obras Deferido:

José Filipe Moreira da Rocha, Proc.n.º176-1LI/13

Autorização de Utilização Deferidos:

Construções Sousa Soares e Almeida, Proc. n.º 157/UT/14
Carla Marina Ribeiro Oliveira Coelho, Proc. n.º 361/UT/13

Autorização de Utilização Indeferido:

Maria Alice Pereira da Silva, Proc. n.º 105/UT/14

Processo de Obras Indeferido:

Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Mamede

Despacho de 10 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Maria Augusta Ferreira Soares
Joaquim António Teixeira Leitão
Artur Fernando Leite Mesquita
António Domingos Ferreira Ribeiro

Anabela Freire Gomes
Antero Miguel Ferreira Coelho
Filipe Gomes Moreira
Alexandre Nogueira dos Santos
Maria da Graça Nogueira Magalhães
Joaquim Fernando Vieira Pinto
Joaquim Barros Ferreira

Filipe Manuel Silva Ferreira

Processos de Obras Deferidos:

Marta da Silva Ferreira Vieira, proc. n.º 343/LI/13

Autorização de Utilização Deferidos:

Margarida Barbosa Reis Sales, proc. n.º 117/UT/14
Alberto de Sousa Cunha, Proc. n.º 65/UT/14
Carlos Alberto Vaz Mendes, Proc. n.º 174/UT/14
José Vitorino da Silva Ferreira, Proc. n.º 160/UT/14
Maria José da Silva Teixeira Lopes e outros, 176/UT/14

Requerimentos Indeferidos:

Conexões Empreendimentos Imobiliária, Lda.
Paulo Alexandre Vieira Cardoso

Despacho de 14 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Sérgio Manuel da Silva Pereira
Álvaro Carneiro Cunha
Bolsimo Gestão de Activos SA.
Marta Babo Correia
Marta Babo Correia
Marta Babo Correia
Arcada D'Alfazema, Lda.
Paula Fernanda Mendes Barbosa
Fernando Almiro Varziela Ribeiro
Mónica Cristina Lopes Jardim
Maria Manuela Silva Gomes
Eva Felicidade Ferreira Moreira Pinto
Ana Moreira Ferreira
João Luís Correia
Virgílio Martins Silva
Sérgio Manuel Oliveira Sousa
Monica Zita Soares Moreira

Requerimentos Indeferidos:

Dominó de Cores, Unipesoal., Lda
Maria de Fátima Ferreira Lopes

Processos de Obras Deferidos:

José Maria Ribeiro Barbosa, Proc n.º 185-1li/10
Maria Manuela Correia Leite, Proc. n. 245/LI/13
Xisqui - Eventos e Turismo, Lda., Proc. n.º 47/Li/14

Processos de Autorização de Utilização Deferidos:

Nuno Miguel da Rocha Nunes, Proc. n.º 175/UT/14

Requerimento Deferido:

José Ferreira da Cunha

Despacho de 16 de julho de 2014

Processos de Obras Deferidos:

Maria da Glória Barbosa de Sousa Ferreira, Proc. n.º 152/CP/13
Paulo Jorge Lopes Vieira, Proc. n.º 71/LI/14
António Jesus Pereira, Proc. n.º 237/LI/13
Ramiro Joaquim da Silva Cunha, Proc. n.º 40/LI/14
Fernando Jorge Ribeiro de Azevedo, proc. n.º 25/LI/14

Vítor Manuel de Sousa Oliveira, Proc. n.º 32/LI/14
Elsa Carla Soares Coelho, Proc. n.º 35-1LI/13
Joaquim da Conceição Pereira Silva Proc. n.º 313/LI/13
Agostinho Barbosa Moreira, Proc. n.º 13/LI/13

Propriedade Horizontal Deferidos:

Mercado Grossista de Frutas do Vale de Sousa, Proc. n.º 40/PH/07

Pedro Miguel Coelho Moreira e outro, Proc. n.º 17/PH/13

Requerimentos Deferidos:

Manuel Gonçalves de Araújo
Beatriz Elizabete Santos Queirós
Luís Miguel Coelho Moreira e Outro
Pereira Sousa e Figueiredo, Lda.
Joaquim António Reis Cunha
Tratofiel- Construções, SA.

Requerimentos Deferidos:

Gasidouro – Representações de Gases
Sandra Isabel de Sousa Pinto
Adelaide da Silva Bessa
Constança Margarida Ferreira Almeida
Bolsimo – Gestão de Activos, SA.
Xisqui – Eventos e Turismo, Lda.

Alteração ao Alvará de loteamento Deferidos:

António Sousa Vieira, Proc. n.º 2-1LI/86

Processos de autorização de utilização Deferidos:

José Fernando da Silva Bonifácio, Proc. n.º 177/UT/14
Luís Manuel da Silva Coelho, Proc. n.º 179/UT/14
Predivinha - Soc Imobiliária, Lda. Proc. n.º 133/UT/14

Destaque de parcela Indeferido:

Edite Construção Nunes Magalhães, Proc. n.º 4508DBU/14

Processo de obras Indeferido:

Maria Manuela da Silva Rodrigues Fonseca, PROC. N.º 96/LI/14

Despacho de 17 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Filipe T. Goncalves Leite
Maria de Fátima Lopes Jardim
Firmino Magalhães
Maria Eugénia da Silva Ferreira
Tiago José Ribeiro Azevedo
Miguel Cristophe da Silva Moreira
Joaquim Ferreira Sousa

Pedidos de Autorização de Utilização Deferidos:

António Manuel Campos Ferreira Santana, proc. n.º 188/UT/14
Ermelinda Angelina do Couto de Carvalho Moura, proc. n.º 180/UT/14

Processos de Obras Deferidos:

Ricardo José Costa Lopes, Proc. n.º 79/LI/13

Despacho de 18 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Suave Complemento, Lda.
Helder Manuel de Sousa Moreira
Berta Maria Moreira Barbosa da Costa
José Augusto Pinto Ferreira
Susana Andreia Alves Pereira
José Augusto da Silva Moreira

Maria Zulmira das Neves Soares
Júlia Rosa Oliveira Coelho

Pedidos de Autorização de Utilização Deferidos:

António da Silva Sousa, Proc. n.º 181/UT/14
Adão Adriano Pereira Ferreira, Proc. n.º 183/UT/14

Processos de Obras Deferidos:

A Pascoinha- sociedade Unipessoal, Proc. n.º 400/LI/11
Paulo Fernando Santos Lopes e outra, Proc.- n.º 62/LI/14

Despacho de 21 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

A. Peixoto Coelho
José Cardoso
Fernando Jorge Ribeiro de Azevedo
Descobrir Alegria, Ida.

Pedido de Autorização de Utilização Deferido:

Joaquim Paulo Soares de Almeida, Proc.n.º185/UT/14

Requerimentos Indeferidos:

Custódio dos Santos Almeida (Cabeça de Casal)
José Pedro Rodrigues Martelo

Despacho de 22 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Jorge Miguel de Sousa Vieira
Elsa Marisa Ferreira Moreira
Maria de Lurdes de Araújo Loureiro
José Henrique de Sousa Moreira
Manuel Moreira Leal
Adriano de Sousa Meneses
Ramiro Faria de Sousa
Ana Maria Feijó e Associados
Construções Sousa Soares e Almeida, Lda.
Andreia Cristina de Sousa Moreira
Joaquim Teixeira Bessa

Retificação à Propriedade Horizontal Deferidos:

Abílio Pinto da Silva
Margarida Teixeira de Azevedo

Pedido de Autorização de Utilização Deferidos:

José Manuel Silva Pires, Proc. n.º 182/UT/14
Manuel Soares de Sousa, Proc. n.º 184/UT/14

Processos de Obras Deferido:

Fernando Paulo Martins Silva Proc. n.º 375/LI/13

Despacho de 24 de julho de 2014

Requerimentos Deferidos:

Rita de Cassia Caiel
António Manuel Campos Ferreira Santana
Vitor e Miguel Teles, Lda.

Ocupação da Via Pública Deferido:

José Manuel Lacerda Santos, proc. n.º 163/LI/14

Pedido de Autorização de Utilização Deferido:

Sociedade Miguel e Ana Construções, proc. n.º
187/UT/14

Alteração ao Alvará de Loteamento Deferido:

Cooperativa Agrícola de Penafiel, proc. n.º 84-4LI/90

Processos de Obras Deferidos:

Susana Manuela Moreira Rocha, proc. n.º 333/LI/13
Maria Adelaide Jesus Ferreira, proc. n.º 79/AU/06

Requerimento Indeferido:

David Silva Almeida

Destaque de Parcela Indeferido:

Edite da Conceição Nunes Magalhães

EDITAL

ANTONINO AURÉLIO VIEIRA DE SOUSA, Licenciado em Direito e Presidente da Câmara Municipal de Penafiel:

TORNA PÚBLICO QUE, por despacho 28 de Julho de 2014, determinei o seguinte:

No âmbito da minha competência própria e nos termos do disposto no artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, **delego na Senhora Chefe da Unidade Orgânica de Fiscalização Municipal, Dr.ª Marisa Moreira, as seguintes competências:**

1 – Proceder à notificação de arguidos ao abrigo dos artigos 175.º e 176.º, após levantamento de auto por estacionamento proibido nos termos da al. d), do n.º 1, do artigo 71.º, todos do Código da Estrada.

2 – Assinar os ofícios de remessa dos autos levantados no âmbito da ação fiscalizadora, exercida ao abrigo do artigo 5.º n.º 1 al. d), do Decreto-Lei n.º44/2005, de 23 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, e nos termos do artigo 112.º do Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento, bem como as notificações mencionadas no número anterior, à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, para efeitos do 169.º e segs. do Código da Estrada.

O presente despacho produz efeitos imediatos, considerando-se ratificados os atos anteriormente praticados.

Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do costume.

Penafiel e Paços do Município, 29 de Julho de 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ANTONINO DE SOUSA, DR.)

EDITAL N.º 130/2014

ANTONINO AURÉLIO VIEIRA DE SOUSA, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel:

TORNA PÚBLICO QUE, de harmonia com as deliberações tomadas em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 09 de julho de 2014 e em Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 21 de julho

11

de 2014, em conformidade com o estabelecido na alínea g), do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado Regulamento do Cemitério Municipal, com a seguinte redação:

“REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

Nota justificativa

O Regulamento do Cemitério Municipal, aprovado em reunião de Câmara Municipal de 27 de Maio de 1971, encontra-se desajustado da realidade legislativa face à evolução do direito mortuário.

O Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, veio consignar importantes alterações aos diplomas legais ao tempo em vigor sobre “direito mortuário”, que se apresentava ultrapassado e desajustado das realidades e necessidades sentidas neste domínio, em particular pelas autarquias locais, enquanto entidades administradoras dos cemitérios.

Relevam, pela sua importância, as seguintes medidas:

- Alargamento das categorias de pessoas com legitimidade para requerer a prática de atos regulados no diploma;
- A plena equiparação das figuras da inumação e da cremação, podendo a cremação ser feita em qualquer cemitério que disponha de equipamento apropriado, que obedeça às regras definidas em portaria conjunta dos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Saúde e do Ambiente;
- A possibilidade de cremação, por iniciativa da entidade administradora do cemitério, de cadáveres, fetos, ossadas e peças anatómicas, desde que considerados abandonados;
- A faculdade de inumação em local de consumo aeróbia, desde que em respeito às regras definidas por portaria conjunta dos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Saúde e do Ambiente;
- A possibilidade de inumação em locais especiais ou reservados a pessoas de determinadas categorias, nomeadamente de certa nacionalidade, confissão ou regra religiosa, bem como a inumação em capelas privadas, em ambos os casos mediante autorização da Câmara Municipal;
- A redução dos prazos de exumação, que passam de 5 para 3 anos, após a inumação, e para 2 anos nos casos em que se verificar necessário recobrir o cadáver, por não estarem ainda terminados os fenómenos de destruição de matéria orgânica;
- A restrição do conceito de transladação ao transporte de cadáver já inumado ou de ossadas para local diferente daquele onde se encontram, a fim de serem de novo inumados, colocados em ossário ou cremados, suprimindo-se a intervenção das autoridades policial e sanitária, cometendo-se unicamente à entidade administradora do cemitério competência para a mesma;

Eliminação da intervenção das autoridades policiais nos processos de transladação, quer dentro do mesmo cemitério, que para outro cemitério;

Definição da regra de competência da mudança de localização de cemitério.

Verifica-se que foram profundas as alterações consignadas pelo Decreto-Lei n.º 411/ 98, de 30 de Dezembro, que revogou na sua totalidade vários diplomas legais atinentes ao “direito mortuário”, fazendo-o somente parcialmente em relação ao Decreto n.º 48 770, de 18 de Dezembro de 1968.

Por isso, as normas jurídicas constantes dos regulamentos dos cemitérios à data em vigor, dever-se-iam adequar ao preceituado no novo regime legal, não obstante se manterem válidas muitas das soluções e mecanismos adotados nos regulamentos cemiteriais emanados ao abrigo do Decreto n.º 44 220, de 3 de Março de 1962 e do Decreto n.º 48 770, de 18 de Dezembro de 1968, razão pela qual, nessa parte, não sofrerão alterações de maior.

Posteriormente o Decreto-Lei n.º 5/2000 de 29 de Janeiro, passou a prever genericamente que a autoridade de polícia proceda à remoção dos cadáveres por meios que considere mais adequados e que o transporte de cadáveres ou de ossadas fora do cemitério seja possível acompanhado apenas do certificado de óbito, e não necessariamente de cópia do auto de declaração de óbito ou do boletim de óbito, alterando assim os artigos 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 8.º, 9.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro.

Por sua vez o Decreto-Lei n.º 138/2000 de 13 de Julho deu nova redação ao n.º 1 e 5 do art.º 8º do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, alterados pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, no sentido de emendar omissões que resultaram daquela alteração.

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES E NORMAS DE LEGITIMIDADE

Artigo 1.º

Legislação habilitante

Constitui legislação habilitante do presente Regulamento os artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, o artigo 29.º do Decreto n.º 44 220, de 3 de Março de 1962, no Decreto n.º 49 770, de 18 de Dezembro de 1968 e no Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de Julho, a Lei n.º 30/2006 de 11 de Junho e a alínea k) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Artigo 2.º

(Definições)

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- a) Autoridade de polícia: a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a polícia marítima;

- b) Autoridade de saúde: o delegado regional de saúde, o delegado concelhio de saúde ou os seus adjuntos;
- c) Autoridade judiciária: o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos atos processuais que cabem na sua competência;
- d) Remoção: o levantamento de cadáver do local onde ocorreu ou foi verificado o óbito e o seu subsequente transporte, a fim de se proceder à sua inumação ou cremação;
- e) Inumação: a colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consunção aeróbia;
- f) Exumação: a abertura de sepultura, local de consunção aeróbia ou caixão de metal onde se encontra inumado o cadáver;
- g) Trasladação: o transporte de cadáver inumado em jazigo ou ossadas para local diferente daquele em que a) se encontram, a fim de serem de novo inumados, cremados ou colocados em ossário;
- h) Cremação: a redução de cadáver ou ossadas a cinzas;
- i) Cadáver: o corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria b) orgânica;
- j) Ossadas: o que resta do corpo humano uma vez terminado o processo de mineralização do esqueleto; c)
- k) Viatura e recipientes apropriados: aqueles em que seja possível proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos ou recém nascidos falecidos no d) período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana;
- l) Período neonatal precoce: as primeiras cento e sessenta e oito horas de vida;
- m) Depósito: Colocação de urnas contendo restos mortais em ossários e jazigos;
- n) Ossário: Construção destinada ao depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente ossadas;
- o) Restos mortais: Cadáver, ossada e cinzas;
- p) Talhão: Área contínua destinada a sepulturas unicamente delimitada por ruas, podendo ser constituída por uma ou várias secções.

Artigo 3.º **(Legitimidade)**

1. Têm legitimidade para requerer a prática de atos previstos neste Regulamento, sucessivamente:

- a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
- b) O cônjuge sobrevivente;
- c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas aos dos cônjuges;
- d) Qualquer herdeiro;
- e) Qualquer familiar;
- f) Qualquer pessoa ou entidade.

2. Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

3. O requerimento para a prática desses atos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

CAPÍTULO II **DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS** **SERVIÇOS** **SECÇÃO I** **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 4.º **(Âmbito)**

1. O Cemitério Municipal de Penafiel, destina-se à inumação dos cadáveres de indivíduos falecidos na área do Município de Penafiel, exceto se o óbito tiver ocorrido em freguesias deste, que disponham de cemitério próprio.

2. Poderão ainda ser inumados no Cemitério Municipal de Penafiel, observadas, quando for caso disso, as disposições legais e regulamentares:

Os cadáveres de indivíduos falecidos em freguesias do Município quando, por motivo de insuficiência de terreno, comprovada por escrito pelo Presidente da Junta de Freguesia respetiva, não seja possível a inumação nos respetivo cemitérios de freguesia;

Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área do Município que se destinem a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas;

Os cadáveres de indivíduos falecidos fora do Município, mas que fossem naturais deste ou tivessem à data da morte o seu domicílio habitual na área deste;

Os cadáveres de indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, em face de circunstâncias que se repute ponderosas e mediante autorização do Presidente da Câmara ou do Vereador do Pelouro.

SECÇÃO II **DOS SERVIÇOS**

Artigo 5.º

(Serviço de receção e inumação de Cadáveres)

Os serviços de receção e inumação de cadáveres são dirigidos pelo Encarregado do Cemitério ou por quem o legalmente o substituir, ao qual compete cumprir, fazer cumprir e fiscalizar as disposições do presente Regulamento, das leis e regulamentos gerais, das deliberações da Câmara Municipal e as ordens dos seus superiores relacionadas com aqueles serviços.

Artigo 6.º

(Serviços de registo e expediente geral)

Os serviços de registo e expediente geral estarão a cargo dos Serviços do cemitério, dependentes da Divisão do Ambiente e Transportes onde existirão, para o efeito, livros de registo de inumações, cremações, exumações, transladações e concessões de terrenos, e quaisquer outros considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.

SECÇÃO III **DO FUNCIONAMENTO**

Artigo 7º

(Horário de funcionamento)

1. O cemitério municipal funciona com o seguinte horário:

De 1 de Outubro a 31 de Março

Abertura às 9 horas;

Encerramento às 18 horas

Intervalo para a refeição das 12 às 13 horas, conservando-se aberto ao público para visitas.

De 1 de Abril a 30 de Setembro

Abertura às 9 horas;

Encerramento às 20 horas.

Intervalo para a refeição das 12 às 15 horas, conservando-se aberto ao público para visitas

2. Aos sábados encerrará às 13 horas para efeitos de prestação de serviço; de tarde estará aberto para visitas.

Aos domingos, apenas estará aberto das 9 às 13 horas para visitas (permanecerá ali um funcionário para vigilância).

3. Nos sábados de tarde e domingos de manhã, apenas se atenderá qualquer enterramento, a título excepcional e depois de ponderada a sua urgência e desde que se possa pôr em causa a saúde pública.

4. Os enterramentos terão de ser feitos até 30 minutos antes da hora de encerramento.

5. Os cadáveres que derem entrada no cemitério fora do horário estabelecido ficarão em depósito, aguardando a inumação dentro das horas regulamentares, salvo casos especiais, em que, com autorização do Presidente da Câmara ou do vereados do Pelouro, poderão ser imediatamente inumados.

CAPÍTULO III DA REMOÇÃO

Artigo 8.º (Remoção)

À remoção de cadáveres são aplicáveis as regras consignadas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 138/2000 de 13 de Julho e a Lei n.º 30/2006 de 11 de Junho.

CAPÍTULO IV DO TRANSPORTE

Artigo 9.º (Regime aplicável)

Ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, peças anatómicas, fetos mortos e de recém-nascidos, são aplicáveis as regras constantes dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 138/2000 de 13 de Julho e a Lei n.º 30/2006 de 11 de Junho.

CAPÍTULO V DAS INUMAÇÕES SECÇÃO I DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 10.º (Locais de inumação)

1. As inumações são efetuadas em sepulturas temporárias, perpétuas e talhões privativos, em jazigos e ossários particulares ou municipais e em locais de consumção aeróbia de cadáveres.

2. Excepcionalmente e mediante autorização da Câmara Municipal, poderá ser permitido:

a) A inumação em locais especiais ou reservados a pessoas de determinadas categorias, nomeadamente de certa nacionalidade, confissão ou regra religiosa;

b) A inumação em capelas privativas, situadas fora dos aglomerados populacionais e tradicionalmente destinadas ao depósito do cadáver ou ossadas dos familiares dos respetivos proprietários.

3. Poderão ser concedidos talhões privativos a comunidades religiosas com praxis mortuárias específicas, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, e acompanhado dos estudos necessários e suficientes à boa compreensão da organização do espaço e das construções nele previstas, bem como garantias de manutenção e limpeza.

Artigo 11.º

(Inumações fora de cemitério público)

1. Nas situações constantes do n.º 2 do artigo anterior, o pedido de autorização é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, mediante requerimento, por qualquer das pessoas referidas no artigo 2.º, dele devendo constar:

a) Identificação do requerente;

b) Indicação exata do local onde se pretende inumar ou depositar ossadas;

c) Fundamentação adequada da pretensão, nomeadamente ao nível da escolha do local.

2. A inumação fora de cemitério público é acompanhada por um responsável adstrito aos serviços do cemitério municipal.

Artigo 12.º

(Modos de inumação)

1. Os cadáveres a inumar serão encerrados em caixões de madeira ou de zinco.

2. Os caixões de zinco devem ser hermeticamente fechados, para o que serão soldados, no cemitério, perante o funcionário responsável.

3. Sem prejuízo do número anterior, a pedido dos interessados, e quando a disponibilidade dos serviços o permitir, pode a soldagem do caixão efetuar-se com a presença de um representante do Presidente da Câmara, no local donde partirá o féretro.

4. Antes do definitivo encerramento, devem ser depositadas nas urnas materiais que acelerem a decomposição do cadáver ou colocados filtros depuradores e dispositivos adequados a impedir a pressão dos gases no seu interior, consoante se trate de inumação em sepultura ou em jazigo.

Artigo 13.º

(Prazos de inumação)

1. Nenhum cadáver será inumado nem encerrado em caixão de zinco antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o falecimento.

2. Quando não haja lugar à realização de autópsia médico-legal e houver perigo para a saúde pública, a autoridade de saúde pode ordenar, por escrito, que se proceda à inumação, encerramento em caixão de zinco ou colocação do cadáver em câmara frigorífica, antes de decorrido o prazo previsto no número anterior.

3. Um cadáver deve ser inumado dentro dos seguintes prazos máximos:

- a) Em setenta e duas horas, se imediatamente após a verificação do óbito tiver sido entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 3.º do presente regulamento;
- b) Em setenta e duas horas, a contar da entrada em território nacional, quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro;
- c) Em quarenta e oito horas após o termo da autópsia médico-legal ou clínica;
- d) Em vinte e quatro horas, nas situações referidas no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 411/98, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 138/2000 de 13 de Julho e a Lei n.º 30/2006 de 11 de Junho.
- e) Até trinta dias sobre a data da verificação do óbito, se não foi possível assegurar a entrega do cadáver a qualquer das pessoas ou entidades indicadas no artigo 3.º deste regulamento.

Artigo 14.º

(Condições para a inumação)

Nenhum cadáver poderá ser inumado sem que, para além de respeitados os prazos referidos no artigo anterior, previamente tenha sido lavrado o respetivo assento ou auto de declaração de óbito ou emitido o boletim de óbito.

Artigo 15.º

(Autorização de inumação)

1. A inumação de um cadáver depende de autorização da Câmara Municipal, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 3.º.
2. O requerimento a que se refere o número anterior obedece ao modelo previsto no Anexo II do Decreto-Lei n.º 411/98, devendo ser instruído com os seguintes documentos:
 - a) Assento, auto de declaração de óbito ou boletim de óbito;
 - b) Autorização da autoridade de saúde, nos casos em que haja necessidade de inumação antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito;
 - c) Os documentos a que alude o artigo 41.º deste regulamento, quando os restos mortais se destinem ser inumados em jazigo particular ou sepultura perpétua.

Artigo 16.º

(Tramitação)

1. O requerimento e os documentos referidos no número anterior são apresentados à Câmara Municipal, através do Gabinete de Apoio ao Município, por quem estiver encarregado da realização do funeral.
2. Cumpridas estas obrigações e pagas as taxas que forem devidas, a Câmara Municipal emite guia de modelo previamente aprovado, cujo original entrega ao encarregado do funeral.
3. Não se efetuará a inumação sem que aos serviços de receção afetos ao cemitério seja apresentado o original da guia a que se refere o número anterior.
4. O documento referido no número anterior será registado no livro de inumações, mencionando-se o seu

número de ordem, bem como a data de entrada do cadáver ou ossadas no cemitério.

Artigo 17.º

(Insuficiência da documentação)

1. Os cadáveres deverão ser acompanhados de documentação comprovativa do cumprimento das formalidades legais.
2. Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres ficarão em depósito até que esta esteja devidamente regularizada.
3. Decorridas vinte e quatro horas sobre o depósito ou, em qualquer momento, em que se verifique o adiantado estado de decomposição do cadáver, sem que tenha sido apresentada documentação em falta, os serviços comunicarão imediatamente o caso às autoridades sanitárias ou policiais para que tomem as providências adequadas.

SECÇÃO II

DAS INUMAÇÕES EM SEPULTURAS

Artigo 18.º

(Sepultura comum não identificada)

É proibida a inumação em sepultura comum não identificada, salvo:

- a) Em situação de calamidade pública;
- b) Tratando-se de fetos mortos abandonados ou de peças anatómicas.

Artigo 19.º

(Classificação)

1. As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:
 - a) São temporárias as sepulturas para inumação por três anos, findos os quais poderá proceder-se à exumação.
 - b) São perpétuas aquelas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida mediante requerimento dos interessados, para utilização imediata.
2. As sepulturas perpétuas devem localizar-se em talhões distintos dos destinados a sepulturas temporárias, dependendo a alteração da natureza dos talhões de deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 20.º

(Dimensões)

As sepulturas terão, em planta, a forma retangular, obedecendo às seguintes dimensões mínimas:

Para adultos:

Comprimento ----- 2 m
Largura ----- 0,70 m
Profundidade ----- 1,15 m

Para crianças:

Comprimento ----- 1 m
Largura ----- 0,65 m
Profundidade ----- 1 m

Artigo 21.º

(Organização do espaço)

1. As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões ou secções, tanto quanto possível retangulares.

2. Procurar-se-á o melhor aproveitamento do terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas e entre estas e os lados dos talhões ser inferiores a 0,40 m, e mantendo-se para cada sepultura acesso com o mínimo de 0,60 m de largura.

Artigo 22.º
(Enterramento de crianças)

Além de talhões privativos que se considerem justificados, haverá secções para o enterramento de crianças separadas dos locais que se destinam aos adultos.

Artigo 23.º
(Sepulturas temporárias)

É proibido o enterramento nas sepulturas temporárias de madeiras muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicadas tintas ou vernizes que demorem a sua destruição.

Artigo 24.º
(Sepulturas perpétuas)

1. Nas sepulturas perpétuas é permitida a inumação em caixões de madeira.
2. Para efeitos de nova inumação, poderá proceder-se à exumação decorrido o prazo legal de três anos, desde que nas inumações anteriores se tenha utilizado caixão próprio para a inumação temporária.

SECÇÃO III
DAS INUMAÇÕES EM JAZIGOS

Artigo 25.º
(Espécies de jazigos)

1. Os jazigos podem ser de três espécies:
a) Subterrâneos - aproveitando apenas o subsolo;
b) Capelas - constituídos somente por edificações acima do solo;
c) Mistos - dos dois tipos anteriores, conjuntamente.
2. Os jazigos ossários essencialmente destinados ao depósito de ossadas, poderão ter dimensões inferiores às dos jazigos normais.

Artigo 26.º
(Inumação em jazigo)

Para a inumação em jazigo o cadáver deve ser encerrado em caixão de zinco, tendo a folha empregada no seu fabrico a espessura mínima de 0,4 mm.

Artigo 27.º
(Deteriorações)

1. Quando um caixão depositado em jazigo apresente rotura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados a fim de o mandarem reparar, marcando-se-lhes, para o efeito, o prazo julgado conveniente.
2. Em caso de urgência, ou quando não se efetue a reparação prevista no número anterior, a Câmara Municipal efetua-la-á, correndo as despesas por conta dos interessados.

3. Quando não possa reparar-se convenientemente o caixão deteriorado, encerrar-se-á noutro caixão de zinco ou será removido para sepultura, à escolha dos interessados ou por decisão do Presidente da Câmara Municipal, tendo esta lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.

SECÇÃO IV
INUMAÇÃO EM LOCAL DE CONSUMPÇÃO AERÓBIA
Artigo 28.º

(Consumpção aeróbia)

A inumação em local de consumpção aeróbia de cadáveres obedecerá às regras definidas em legislação específica aplicável.

CAPÍTULO VI
DA CREMAÇÃO

Artigo 29.º
Cremação

1. A cremação deverá ser solicitada aos serviços municipais, sendo a respetiva instrução do processo, em tudo semelhante, à do pedido de inumação (art.º 11º).
2. Enquanto o cemitério municipal não dispuser de columbário próprio para inumações de cinzas, estas serão depositadas em sepultura, jazigo ou ossário, dentro de recipiente apropriado.
3. A cremação será regulamentada quando o cemitério municipal dispuser de equipamento para o efeito, que cumpra os normativos legais aplicáveis.

CAPÍTULO VII
DAS EXUMAÇÕES

Artigo 30.º
(Prazos)

1. Salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária, a abertura de qualquer sepultura ou local de consumpção aeróbia só é permitida decorridos três anos sobre a inumação.
2. Se no momento da abertura não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-o inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização do esqueleto.

Artigo 31.º
(Aviso aos Interessados)

1. Decorrido o prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior, proceder-se-á à exumação.
2. Um mês antes de terminar o período legal de inumação, os Serviços da Câmara Municipal notificarão os interessados, se conhecidos, através de carta registada com aviso de receção, promovendo também a publicação de avisos em dois dos jornais mais lidos da região e afixando editais, convidando os interessados a requerer no prazo de trinta dias a exumação ou conservação de ossadas, e, uma vez recebido o requerimento, a comparecer no cemitério no dia e hora que vier a ser fixado para esse fim.

3. Verificada a oportunidade de exumação, pelo decurso do prazo fixado no número anterior, sem que o ou os interessados alguma diligência tenham promovido no sentido da sua exumação, esta, se praticável, será levada a efeito pelos serviços, considerando-se abandonada a ossada existente.

4. Às ossadas abandonadas nos termos do número anterior será dado o destino adequado, incluindo a cremação, ou quando não houver inconveniente, inumá-las nas próprias sepulturas, mas a profundidades superiores às indicadas no artigo 20.º.

Artigo 32.º

(Exumação de ossadas em caixões inumados em jazigos)

1. A exumação das ossadas de um caixão inumado em jazigo, só será permitida quando aquele se apresente de tal forma deteriorado que se possa verificar a consumação das partes moles do cadáver.

2. A consumação a que alude o número anterior será obrigatoriamente verificada pelos Serviços do cemitério.

3. As ossadas exumadas de caixão que, por manifesta urgência ou vontade dos interessados se tenha removido para sepultura nos termos do artigo 27.º, serão depositadas no jazigo originário ou em local acordado com o Serviço de Cemitério.

CAPÍTULO VIII DAS TRASLADAÇÕES

Artigo 33.º

(Competência)

1. A trasladação é solicitada ao Presidente da Câmara Municipal, pelas pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 3.º deste regulamento, através de requerimento, cujo modelo consta do anexo I ao Decreto-Lei n.º 411/98.

2. Se a trasladação consistir na mera mudança de local no interior do cemitério é suficiente o deferimento do requerimento previsto no número anterior.

3. Se a trasladação consistir na mudança para cemitério diferente, deverão os serviços da Câmara Municipal remeter o requerimento referido no n.º 1 do presente artigo para a entidade responsável pela administração do cemitério para o qual vão ser trasladados o cadáver ou as ossadas, cabendo a esta o deferimento da pretensão.

4. Para cumprimento do estipulado no número anterior, poderão ser usados quaisquer meios, designadamente a notificação postal ou a comunicação via telecópia.

Artigo 34.º

(Condições da Trasladação)

1. A trasladação de cadáver é efetuada em caixão de zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.

2. A trasladação de ossadas é efetuada em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira.

3. Quando a trasladação se efetuar para fora do cemitério terá que ser utilizada viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim.

Artigo 35.º

(Registos e Comunicações)

1. Nos livros de registo do cemitério, far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efetuadas.

2. Os serviços do cemitério devem igualmente proceder à comunicação para os efeitos previstos na alínea a) do artigo 71.º do Código do Registo Civil.

CAPÍTULO IX DA CONCESSÃO DE TERRENOS SECÇÃO I DAS FORMALIDADES

Artigo 36.º

(Concessão)

1. Os terrenos dos cemitérios podem, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal, ser objeto de concessões de uso privativo, para instalação de sepulturas perpétuas e para a construção de jazigos particulares.

2. Os terrenos poderão também ser concedidos em hasta pública nos termos e condições especiais que o Presidente da Câmara Municipal vier a fixar.

3. As concessões de terrenos não conferem aos titulares nenhum título de propriedade, mas somente o direito de aproveitamento com afetação especial e nominativa em conformidade com as leis e regulamentos.

Artigo 37.º

(Pedido)

O pedido para a concessão de terrenos é dirigido ao Presidente da Câmara e dele deve constar a identificação do requerente, a localização e, quando se destinar a jazigo, a área pretendida.

Artigo 38.º

(Decisão da concessão)

1. Decidida a concessão, os serviços da Câmara Municipal notificam o requerente para comparecer no Cemitério a fim de se proceder à demarcação do terreno, sob pena de se considerar caduca a deliberação tomada.

2. O prazo para pagamento da taxa de concessão é de trinta dias a contar da notificação da decisão.

Artigo 39.º

(Alvará de Concessão)

1. A concessão de terrenos é titulada por alvará da Câmara Municipal, a emitir aquando do pagamento da taxa de concessão.

2. Do alvará constarão os elementos de identificação do concessionário, morada, referências do jazigo ou sepultura perpétua, nele devendo mencionar, por averbamento, todas as entradas e saídas de restos mortais.

SECÇÃO II DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONCESSIONÁRIOS

Artigo 40.º

(Prazos de realização de obras)

1. Sem prejuízo do estabelecido no número seguinte, a construção de jazigos particulares e o revestimento das sepulturas perpétuas, deverão concluir-se nos prazos fixados.
2. Poderá o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada prorrogar estes prazos em casos devidamente justificados.
3. Caso não sejam respeitados os prazos iniciais ou as suas prorrogações, caducará a concessão, com perda das importâncias pagas, revertendo ainda para a Câmara Municipal todos os materiais encontrados na obra.

Artigo 41.º

(Autorizações)

1. As inumações, exumações e transladações a efetuar em jazigos ou sepulturas perpétuas serão feitas mediante exibição do respetivo título ou alvará e de autorização expressa do concessionário ou de quem legalmente o representar, cujo documento de identificação deve ser exibido.
2. Sendo vários os concessionários, a autorização poderá ser dada por aquele que estiver na posse do título ou alvará, tratando-se de familiares até ao sexto grau, bastando autorização de qualquer deles quando se trate de inumação de cônjuge, ascendente ou descendente de concessionário.
3. Os restos mortais do concessionário serão inumados independentemente de qualquer autorização.
4. Sempre que o concessionário não declare, por escrito, que a inumação tem carácter temporário, ter-se-á a mesma como perpétua.

Artigo 42.º

(Trasladação de restos mortais)

1. O concessionário de jazigo particular pode promover a transladação dos restos mortais aí depositados a título temporário, depois da publicação de éditos em que aqueles sejam devidamente identificados e onde se avise do dia e hora a que terá lugar a referida transladação.
2. A transladação a que alude este artigo só poderá efetuar-se para outro jazigo ou para ossário municipal.
3. Os restos mortais depositados a título perpétuo não podem ser trasladados por simples vontade do concessionário.

Artigo 43.º

(Obrigações do concessionário do jazigo ou sepultura perpétua)

O concessionário de jazigo ou sepultura perpétua que, a pedido de interessado legítimo, não faculte a respetiva abertura para efeitos de transladação de restos mortais no mesmo inumados será notificado a fazê-lo em dia e hora certa, sob pena de os serviços promoverem a abertura do jazigo. Neste último caso, será lavrado auto do que ocorreu, assinado pelo serventuário que presida ao ato e por duas testemunhas.

CAPÍTULO X TRANSMISSÕES DE JAZIGOS E SEPULTURAS PERPÉTUAS

Artigo 44.º

(Transmissão)

As transmissões de concessão de jazigos e sepulturas perpétuas averbar-se-ão a requerimento dos interessados, instruído nos termos gerais de direito com os documentos comprovativos da transmissão.

Artigo 45.º

(Transmissão por morte)

A transmissão, por morte, das concessões de jazigos e sepulturas perpétuas para pessoas a favor das quais o de cujus (falecido) haja disposto válida e eficazmente (testamento), é livremente admitida nos termos gerais do direito.

Artigo 46.º

(Transmissão por ato entre vivos)

1. A transmissão por atos entre vivos das concessões dos jazigos e sepulturas perpétuas é admitida quando neles não existam corpos ou ossadas.
2. A transmissão prevista no número anterior só é admitida volvidos que sejam pelo menos cinco anos sobre a sua aquisição pelo transmitente, se este o tiver adquirido por ato entre vivos.

Artigo 47.º

(Autorização)

1. Verificado o condicionalismo estabelecido no artigo anterior, as transmissões entre vivos dependerão de prévia autorização do Presidente da Câmara Municipal, bem como do pagamento da respetiva taxa

Artigo 48.º

(Averbamento)

- 1 - O averbamento a que se refere o artigo anterior será feito mediante a apresentação do requerimento, de documento que legitime o requerente (alvará) e da autorização do Presidente da Câmara.
- 2 – O averbamento será feito no verso do alvará.

Artigo 49.º

(Abandono de jazigo ou sepultura)

Os jazigos que vierem à posse da Câmara Municipal em virtude de caducidade da concessão, e que pelo seu valor arquitetónico ou estado de conservação se considere de manter e preservar, poderão ser mantidos na posse da Câmara ou alienados em hasta pública, nos termos e condições especiais que resolver fixar, podendo ainda impor aos arrematantes a construção de um subterrâneo ou sub-piso para receber os restos mortais depositados nesses mesmos jazigos.

CAPÍTULO XI

SEPULTURAS E JAZIGOS ABANDONADOS

Artigo 50.º

(Conceito)

1. Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos a favor da autarquia, os jazigos e sepulturas perpétuas cujos concessionários não sejam conhecidos ou

residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias depois de citados por meio de éditos publicados em dois dos jornais mais lidos no Município e afixados nos lugares do estilo.

2. Dos éditos constarão os números dos jazigos e sepulturas perpétuas, identificação e data das inumações dos cadáveres ou ossadas que no mesmo se encontrem depositados, bem como o nome do último ou últimos concessionários inscritos que figurarem nos registos.

3. O prazo referido neste artigo conta-se a partir da data da última inumação ou da realização das mais recentes obras de conservação ou de beneficiação que nas mencionadas construções tenham sido feitas, sem prejuízo de quaisquer outros atos dos proprietários, ou de situações suscetíveis de interromperem a prescrição nos termos da lei civil.

4. Simultaneamente com a citação dos interessados colocar-se-á na construção funerária placa indicativa do abandono.

Artigo 51.º

(Declaração de prescrição)

1. Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo anterior, sem que o concessionário ou seu representante tenha feito cessar a situação de abandono, poderá a Câmara Municipal deliberar a prescrição do jazigo ou sepultura, declarando-se caduca a concessão, à qual será dada a publicidade referida no mesmo artigo.

2. A declaração de caducidade importa a apropriação pela Câmara Municipal do jazigo ou sepultura.

Artigo 52.º

(Realização de obras)

1. Quando um jazigo se encontrar em estado de ruína, o que será confirmado por uma comissão constituída por três membros designada pelo Presidente da Câmara Municipal, ou Vereador com competência delegada, desse facto será dado conhecimento aos interessados por meio de carta registada com aviso de receção, fixando-se-lhes prazos para procederem às obras necessárias.

2. Na falta de comparência do ou dos concessionários, serão publicados anúncios em dois dos jornais mais lidos da região, dando conta do estado dos jazigos, e identificando, pelos nomes e datas de inumação, os corpos nele depositados, bem como o nome do ou dos últimos concessionários que figurem nos registos.

3. Se houver perigo eminente de derrocada ou as obras não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o Presidente da Câmara ordenar a demolição do jazigo, o que se comunicará aos interessados pelas formas previstas neste artigo, ficando a cargo destes a responsabilidade pelo pagamento das respetivas despesas.

4. Decorrido um ano sobre a demolição de um jazigo sem que os concessionários tenham utilizado o terreno, fazendo nova edificação, é tal situação fundamentação suficiente para ser declarada a prescrição da concessão.

Artigo 53.º

(Restos mortais não reclamados)

Os restos mortais existentes em jazigos a demolir ou declarados perdidos, quando deles sejam retirados, inumar-se-ão em sepulturas a indicar pelo Presidente da Câmara, caso não sejam reclamados no prazo que para o efeito for estabelecido.

ARTIGO 54.º

(Âmbito deste capítulo)

O preceituado neste Capítulo aplica-se, com as necessárias adaptações às sepulturas perpétuas.

CAPÍTULO XII

CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS

SECÇÃO I

DAS OBRAS

ARTIGO 55.º

(Licenciamento)

1. O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares ou para revestimento de sepulturas perpétuas, deverá ser formulado pelo concessionário em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, instruído com o projeto da obra, em duplicado, elaborado por técnico inscrito na Câmara Municipal.

2. Será dispensada a intervenção de técnico para pequenas alterações que não afetem a estrutura da obra inicial, desde que possam ser definidas em simples descrição integrada no próprio requerimento.

3. Estão isentas de licença as obras de simples limpeza e beneficiação, desde que não impliquem alteração do aspeto inicial dos jazigos e sepulturas.

Artigo 56.º

(Projeto)

1. Do projeto referido no artigo anterior constarão os elementos seguintes:

a) Desenhos devidamente cotados à escala mínima de 1:20, sendo o original em vegetal;

b) Memória descritiva da obra, em que especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, aparelhos, cor, e quaisquer outros elementos esclarecedores da obra a executar;

c) Declaração de responsabilidade;

d) Estimativa orçamental.

2. Na elaboração e apreciação dos projetos deverá atender-se à sobriedade própria das construções funerárias exigida pelo fim a que se destinam.

3. As paredes exteriores dos jazigos só poderão ser construídas com materiais nobres, não se permitindo o revestimento com argamassa de cal ou azulejos, devendo as respetivas obras ser convenientemente executadas.

4. Salvo em casos excecionais, na construção de jazigos ou revestimento de sepulturas perpétuas só é permitido o emprego de pedra de uma só cor.

Artigo 57.º

(Requisitos dos jazigos)

1. Os jazigos, municipais ou particulares, serão compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas:

Comprimento ----- 2,00 m

Largura ----- 0,75 m

Altura ----- 0,55 m

2. Nos jazigos não haverá mais do que cinco células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em pavimento, quando se trate de edificação de vários andares, podendo também dispor-se em subterrâneos.

3. Na parte subterrânea dos jazigos exigir-se-ão condições especiais de construção, tendentes a impedir as infiltrações de água e a proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação.

4. Os intervalos laterais entre jazigos a construir terão um mínimo de 0,30 metros.

Artigo 58.º

(Ossários municipais)

1. Os ossários municipais dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas interiores:

Comprimento ----- 0,80 m

Largura ----- 0,50 m

Altura ----- 0,40 m

2. Nos ossários não haverá mais de sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares.

3. Admite-se ainda a construção de ossários subterrâneos em condições idênticas e com observância do determinado no n.º 3 do artigo anterior.

ARTIGO 59.º

(Jazigos de capela)

1. Os jazigos de capela não poderão ter dimensões inferiores a 2,00 metros de frente e 2,70 metros de fundo.

2. Tratando-se de um jazigo destinado apenas à inumação de ossadas, poderá ter o mínimo de 1 metro de frente e 2 metros de fundo.

Artigo 60.º

(Requisitos das sepulturas)

As sepulturas perpétuas deverão ser revestidas em cantaria, com a espessura máxima de 0,10 metros.

Artigo 61.º

(Obras de conservação)

1. Nos jazigos devem efetuar-se obras de conservação, pelo menos de 8 em 8 anos, ou sempre que as circunstâncias o imponham.

2. Para efeitos do disposto na parte final do número anterior, e nos termos do artigo 52.º os concessionários serão avisados da necessidade das obras, marcando-se-lhes prazo para a execução destas.

3. Em caso de urgência ou quando não se respeite o prazo referido no número anterior, pode o Presidente da Câmara Municipal ordenar diretamente as obras a expensas dos interessados.

4. Sendo vários os concessionários, considera-se cada um deles solidariamente responsável pela totalidade das despesas.

5. Em face de circunstâncias especiais, devidamente comprovadas, poderá o Presidente da Câmara Municipal prorrogar o prazo a que alude o n.º 1 deste artigo.

Artigo 62.º

(Desconhecimento da morada)

Sempre que o concessionário do jazigo ou sepultura perpétua não tiver indicado na Câmara Municipal a morada atual, será irrelevante a invocação da falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 63.º

(Casos omissos)

Em tudo o que neste capítulo não se encontre especialmente regulado aplicar-se-á, com as devidas adaptações, o disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

SECÇÃO II

DOS SINAIS FUNERÁRIOS E DO EMBELEZAMENTOS DOS JAZIGOS E SEPULTURAS

Artigo 64.º

(Sinais funerários)

1. Nas sepulturas e jazigos permite-se a colocação de cruces e caixas para coroas, assim como inscrição de epitáfios e outros sinais funerários costumados.

2. Não serão permitidos epitáfios em que se exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a suscetibilidade pública, ou que, pela sua redação, possam considerar-se desrespeitosos ou inadequados.

Artigo 65.º

(Embelezamento)

É permitido embelezar as construções funerárias com revestimentos adequados, ajardinamento, bordaduras, vasos para plantas, ou por qualquer outra forma que não afete a dignidade própria do local.

Artigo 66.º

(Autorização prévia)

A realização por particulares de quaisquer trabalhos no cemitério fica sujeita a prévia autorização dos serviços municipais competentes e à orientação e fiscalização destes.

CAPÍTULO XIII

DA MUDANÇA DE LOCALIZAÇÃO DO CEMITÉRIO

Artigo 67.º

(Regime legal)

A mudança de um cemitério para terreno diferente daquele onde está instalado que implique a transferência, total ou parcial, dos cadáveres, ossadas, fetos mortos e peças anatómicas que aí estejam inumados e das cinzas que aí estejam guardadas é da competência da Câmara Municipal.

Artigo 68.º

(Transferência do cemitério)

No caso de transferência do cemitério para outro local, os direitos e deveres dos concessionários são automaticamente transferidos para o novo local, suportando a Câmara Municipal os encargos com o transporte dos restos inumados e sepulturas e jazigos concessionados.

CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 69.º

(Entrada de viaturas particulares)

No cemitério é proibida a entrada de viaturas particulares, salvo nos seguintes casos e após autorização dos Serviços do cemitério:

- a) Viaturas que transportem máquinas ou materiais destinados à execução de obras no cemitério;
- b) Viaturas ligeiras de natureza particular, transportando pessoas que, dada a sua incapacidade física, tenham dificuldade em se deslocar a pé.

Artigo 70.º

(Proibições no recinto do cemitério)

No recinto do cemitério é proibido:

- a) Proferir palavras ou praticar atos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- b) Entrar acompanhado de quaisquer animais;
- c) Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso que separem as sepulturas;
- d) Colher flores ou danificar plantas ou árvores;
- e) Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação;
- f) Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários ou quaisquer outros objetos;
- g) Realizar manifestações de carácter político;
- h) Utilizar aparelhos áudio, exceto com auriculares;
- i) A permanência de crianças, quando não acompanhadas.

Artigo 71.º

(Retirada de objetos)

Os objetos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos ou sepulturas não poderão daí ser retirados sem apresentação do alvará ou autorização escrita do concessionário nem sair do cemitério sem autorização de funcionário adstrito ao cemitério.

Artigo 72.º

(Realização de cerimónias)

1. Dentro do espaço do cemitério, carecem de autorização do Presidente da Câmara:

- a) Missas campais e outras cerimónias similares;
 - b) Salvas de tiros nas exéquias fúnebres militares;
 - c) Atuações musicais;
 - d) Intervenções teatrais, coreográficas e cinematográficas;
 - e) Reportagens relacionadas com a atividade cemiterial.
2. O pedido de autorização a que se refere o número anterior, deve ser feito com 24 horas de antecedência, salvo motivos ponderosos.

Artigo 73.º

(Incineração de objetos)

Não podem sair do cemitério, aí devendo ser queimados, os caixões ou urnas que tenham contido corpos ou ossadas.

Artigo 74.º

(Abertura de caixão de metal)

1. É proibida a abertura de caixão de zinco, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judicial, para efeitos de colocação em sepultura ou em local de consumpção aeróbia de cadáver não inumado ou para efeitos de cremação de cadáver ou de ossadas.

2. A abertura de caixão de chumbo utilizado em inumação efetuada antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 411/98 é proibida, salvo nas situações decorrentes do cumprimento de mandado da autoridade judicial ou então para efeitos de cremação de cadáver ou de ossadas.

CAPÍTULO XV FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

Artigo 75.º

(Fiscalização)

A fiscalização do cumprimento do presente regulamento cabe à Câmara Municipal, através dos seus órgãos ou agentes, às autoridades de saúde e às autoridades de polícia.

Artigo 76.º

(Competência)

A competência para determinar a instrução do processo de contraordenação e para aplicar a respetiva coima pertence ao Presidente da Câmara, podendo ser delegada em qualquer dos Vereadores.

Artigo 77.º

(Contraordenações e coimas)

1. As infrações ao disposto no presente Regulamento constituem contraordenação punível com coima nos termos legalmente previstos.

2. Constitui contraordenação punível com coima de € 500 a € 1000 ou de € 1000 a € 15000, consoante o agente seja pessoa singular ou pessoa coletiva, violação das seguintes normas do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de Julho, a Lei n.º 30/2006 de 11 de Junho:

- a) A remoção de cadáver por entidade diferente das previstas no n.º 2 do artigo 5.º;
- b) O transporte de cadáver fora de cemitério, por estrada ou por via-férrea, marítima ou aérea, em infração ao disposto no artigo 6.º, n.ºs 1 e 3;
- c) O transporte de ossadas fora de cemitério, por estrada ou por via-férrea, marítima ou aérea, em infração ao disposto no artigo 6.º, n.ºs 2 e 3;
- d) O transporte de cadáver ou ossadas, fora de cemitério, por estrada ou por via-férrea, marítima ou aérea, desacompanhado de certificado de óbito ou de fotocópia simples de um dos documentos previstos no n.º 1 do artigo 9.º;

- e) A inumação, cremação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito;
- f) A inumação ou cremação de cadáver fora dos prazos previstos no n.º 2 do artigo 8.º;
- g) A inumação, cremação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver sem que tenha sido previamente lavrado assento ou auto de declaração de óbito ou emitido boletim de óbito nos termos do n.º 2 do artigo 9.º;
- h) A abertura de caixão de zinco ou de chumbo fora das situações previstas no n.º 1 do artigo 10.º;
- i) A abertura de caixão de zinco ou de chumbo, para efeitos de cremação de cadáver ou de ossadas, de forma diferente da que for determinada pela entidade responsável pela Câmara Municipal;
- j) A inumação fora de cemitério público ou de algum dos locais previstos no n.º 2 do artigo 11.º;
- l) A utilização, no fabrico de caixão ou caixa de zinco, de folha com espessura inferior a 0,4 mm;
- m) A inumação em sepultura comum não identificada fora das situações previstas no artigo 14.º;
- n) A cremação de cadáver que tiver sido objeto de autópsia médico-legal sem autorização da autoridade judiciária;
- o) A cremação de cadáver fora dos locais previstos no artigo 18.º;
- p) A abertura de sepultura ou local de consumpção aeróbia antes de decorridos três anos, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária;
- q) A infração ao disposto no n.º 2 do artigo 21.º;
- r) A trasladação de cadáver sem ser em caixão de chumbo, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 22.º, ou de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm.
- 3.** Constitui contraordenação punível com uma coima mínima de €200 a € 2500 ou de € 400 a € 5000, consoante o agente seja pessoa singular ou pessoa coletiva, a violação das seguintes normas do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de Julho, a Lei n.º 30/2006 de 11 de Junho:
- a) O transporte de cinzas resultantes da cremação de cadáver ou de ossadas, fora de cemitério, em recipiente não apropriado;
- b) O transporte de cadáver, ossadas ou cinzas resultantes da cremação dos mesmos, dentro de cemitério, de forma diferente da que tiver sido determinada Câmara Municipal;
- c) A infração ao disposto no n.º 3 do artigo 8.º;
- d) A trasladação de ossadas sem ser em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira.
- e) A infração às disposições imperativas de natureza administrativa constantes deste regulamento, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra norma do presente artigo.
- 4.** A negligência e a tentativa são puníveis.

Artigo 78.º

(Sanções acessórias)

1. Em função da gravidade da infração e da culpa do agente, são aplicáveis, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:
- a) Perda de objetos pertencentes ao agente;
- b) Interdição do exercício de profissões ou atividades cujo exercício dependa de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública;
- c) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
- d) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.
2. É dada publicidade à decisão que aplicar uma coima a uma agência funerária.

CAPÍTULO XV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 79.º

(Omissões)

As situações não contempladas no presente regulamento serão resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal.

Artigo 80.º

(Entrada em vigor)

Este regulamento entra em vigor trinta dias após a sua publicação, revogando imediatamente o regulamento anterior."

Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, em Boletim Municipal editado na área do respetivo município.

Paços do Município, 2014-07-22.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ANTONINO DE SOUSA, Dr.)

EDITAL N.º 129/2014

ANTONINO AURÉLIO VIEIRA DE SOUSA, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel:

TORNA PÚBLICO QUE, de harmonia com as deliberações tomadas em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 09 de julho de 2014 e em Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 21 de julho de 2014, em conformidade com o estabelecido na alínea g), do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada a retificação do Regulamento do Programa Património Ativo – Conservação e Reabilitação Urbana, com a seguinte redação:

“REGULAMENTO DO PROGRAMA PATRIMÓNIO ATIVO CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

Nota Justificativa

A Câmara Municipal de Penafiel, em conformidade com o estipulado na Portaria n.º 33/2013 de 29 de Janeiro, tomou a decisão de encetar o processo de conservação e reabilitação das fachadas do Centro Histórico da cidade de Penafiel ao abrigo do "Programa Património Ativo".

Penafiel, cidade há 244 anos, a segunda mais antiga do distrito do Porto, foi recentemente alvo de uma profunda requalificação, no âmbito do Regeneração Urbana da cidade com um avultado investimento participado a 80% por fundos comunitários. Esta intervenção consistiu em obras de requalificação de espaço público e ainda num conjunto de iniciativas sociais, culturais e ambientais e ainda de desenvolvimento económico do Centro Histórico da cidade de Penafiel.

A reabilitação de áreas urbanas degradadas é uma componente importante na política de ordenamento do território do Município de Penafiel, dado que para além de todo o património que estas áreas encerram e urge salvaguardar, representam a economia de um recurso escasso -como o solo -e um importante motor nas dinâmicas turísticas e económicas do nosso concelho.

Neste contexto e na expectativa de dar continuidade a este complexo processo de reabilitação do tecido social, histórico, económico e arquitetónico do nosso Centro Histórico, a Câmara Municipal de Penafiel candidatou-se ao "Programa Património Ativo", entendendo este como mais um instrumento vital para alcançar uma correta gestão dos seus recursos, quer seja ele, património construído ou humano.

O "Programa Património Ativo" resulta de uma parceria financeira entre o IEFP e a Câmara Municipal de Penafiel e surgiu da necessidade e da preocupação conjunta de dinamizar e inserir profissionalmente mão-de-obra qualificada, atualmente desempregada, ao mesmo tempo que se procede à reabilitação das fachadas das habitações com frente voltada para o centro histórico e que carecem urgentemente de intervenção. O executivo viu neste programa uma oportunidade de desenvolver mais uma operação de regeneração urbana envolvendo uma visão integrada e coerente do espaço, que fomente uma melhoria da sua articulação com a área envolvente, que permita criar uma identidade urbana positiva e moderna, exemplar em termos ambientais, associada à qualidade do ambiente urbano e ao dinamismo socioeconómico da região.

Mas, a verdadeira reabilitação não poderá realizar-se sem a participação ativa dos particulares, numa perspetiva de sustentabilidade dos processos. Para tal, e na expectativa de uma adesão a larga escala dos proprietários dos imóveis a intervencionar, criou-se este regulamento por forma a regular não só as ações de intervenção no edificado mas, também, o desenho da colaboração entre o Município e os proprietários e as regras de concessão dos apoios financeiros aos mesmos.

Considerando que se trata de um vasto território a estudar, e estando o projeto limitado no tempo, optou-se por concentrar esta intervenção, numa primeira fase, apenas nos edifícios das duas artérias mais emblemáticas da cidade e que foram objeto de outro tipo de intervenções de regeneração urbana. No entanto, o trabalho de diagnóstico realizado define uma metodologia geral de intervenção que poderá ser utilizada e aplicada nos restantes edifícios do centro histórico. Para tal foi elaborada uma Ficha de Levantamento Tipo de registo que pudesse conter a informação necessária e objetiva das patologias detetadas em cada fachada de modo a constituir uma referência válida para definir os diferentes graus e tipos de intervenção. Para isso, recorreu-se ao auxílio de um levantamento fotográfico e registo no próprio local, para incluir o tipo de caixilharias, os gradeamentos, os lambris e as guarnições, assim como a representação gráfica dos alçados.

Deste trabalho de levantamento resultou, também, uma Planta de Levantamento do estado de conservação do edificado com base no método de avaliação desenvolvido pelo LNEC e publicado na portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro. Esta planta traduz com rigor o estado de conservação do património edificado do Centro Histórico, avaliando de todos os imóveis independentemente do proprietário, do uso, da data de construção, dos processos construtivos, etc. A avaliação do estado de conservação foi realizada com base numa vistoria visual do imóvel e consubstanciada na planta supra referida onde foram definidos seis níveis de anomalias/patologias: nenhuma, muito ligeiras, ligeiras, médias, graves e muito graves.

Com esta primeira fase ultrapassada, fez-se posteriormente uma Folha de Trabalho Tipo para registo e definição dos tipos de obras que cada edifício necessitará. Assim, foram elaborados dois documentos de trabalho para cada edifício (Ficha de Levantamento com a caracterização do edifício e uma Folha de Trabalho que elenca o tipo de obras a executar), organizadas através de um código de identificação, definido pelo GTL do Centro Histórico de cidade de Penafiel.

Do levantamento *in loco* efetuado concluiu-se que existe um numero significativo de imóveis que evidenciam um estado de degradação razoável que, apesar de ainda não ser urgente, deveriam ser intervencionados, revertendo desta forma o processo de deterioração dos materiais. Para inverter esta situação e, apesar de o Município não dispor dos recursos financeiros para realizar a totalidade das obras, colocou à disposição dos proprietários a mão-de-obra necessária para a execução das obras de pequena/média envergadura e, nos casos em que o proprietário esteja interessado em colaborar e executar obras mais profundas, o município fornece a mão-de-obra desde que o proprietário disponibilize os materiais, como é o caso das caixilharias.

Com esta medida o Município pretende estimular o interesse dos proprietários e inquilinos à reabilitação dos imóveis, criando este sistema de incentivos que, apesar de não financiar a totalidade das obras a realizar,

permite através da concessão de pequenos apoios financeiros e/ou mão-de-obra, proceder à realização de obras no edificado em áreas de reabilitação urbana, criando condições potenciadoras de uma melhor qualidade de vida nestas zonas históricas e de conservação ou reabilitação do parque habitacional.

Neste contexto, o presente programa desenvolver-se-á de acordo com as seguintes normas:

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento municipal é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 25.º, n.º 1 alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Artigo 2.º

Objeto e âmbito de aplicação

1. O presente regulamento estabelece as normas gerais que regulam a implementação e a concessão de apoios técnicos e financeiros a proprietários no âmbito do "Programa Património Ativo".

2. O apoio técnico abrangido pelo presente regulamento será prestado por um técnico superior a designar pelo Vereador com o Pelouro da Cultura, que será o interlocutor entre os proprietários e o Município de modo a facilitar a implementação do PPA e respetivo acompanhamento das obras a executar.

Artigo 3.º

Área de intervenção

A área de Intervenção deste Programa corresponde ao "Centro Histórico da Cidade de Penafiel" e encontra-se delimitada em Planta anexa.

Artigo 4.º

Destinatários

1. O "Programa Património Ativo" para a conservação e reabilitação urbana é destinado aos proprietários de imóveis que se localizem na área de intervenção mencionada no artigo anterior;

2. Para efeitos do presente regulamento municipal são, ainda, considerados "Destinatários" os titulares de outro direito que confira legitimidade para a outorga do contrato mencionado no artigo 7.º, designadamente usufrutuários, locatários, comodatários ou superficiários, devendo, nos casos em que seja necessário, a celebração do citado contrato ser antecedida de autorização dos respetivos proprietários.

Artigo 5.º

Princípios

A atribuição dos apoios nos termos previstos no presente regulamento rege-se pelos princípios gerais do ordenamento jurídico-administrativo fixados no artigo 266.º da Constituição da República Portuguesa e artigos

3.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 6.º

Objetivos

Este projeto de conservação e reabilitação das fachadas do Centro Histórico de Penafiel visa os seguintes objetivos:

- 1) Salvaguarda e reabilitação dos edifícios e conjuntos urbanos relevantes, garantindo condições de segurança, habitabilidade e salubridade;
- 2) Manutenção das características morfológicas urbanas bem como das características tipológicas dos edifícios e do seu suporte edificado;
- 3) Melhorar a imagem do tecido construído com vista a incentivar a fixação das populações;
- 4) Valorização da área de intervenção no sentido da preservação e melhoria da sua qualidade ambiental e do reforço da sua coesão e sentido urbano;
- 5) Definição das condicionantes formais e funcionais a considerar em todos os projetos que visem intervenções urbanísticas e correção de dissonâncias e anomalias arquitetónicas;
- 6) Apoio e incentivo ao desenvolvimento integrado, designadamente através do fomento da participação equilibrada dos agentes económicos e sociais.

Artigo 7.º

Contrato Administrativo a celebrar

1. O Contrato Administrativo celebrado ao abrigo do presente Regulamento, consubstanciar-se-á num documento que será celebrado entre o Município e o interessado e representará a garantia de que o particular autoriza a execução das obras previstas na Folha de Trabalho, no âmbito do "Programa Património Ativo".

2. No contrato ficará também estipulada a natureza das relações a estabelecer entre as duas partes, designadamente o regime de colaboração dos proprietários no que diz respeito à aquisição dos materiais necessários à reabilitação do imóvel, tais como tintas, portas, janelas, etc.

3. O contrato será válido pelo prazo de 1 mês, a contar da data da sua assinatura, sendo passível de mais uma renovação, sempre a pedido do utilizador e em acordo com o Município.

4. Este documento terá que ter obrigatoriamente em anexo, os seguintes documentos:

- a) Planta de Localização à escala 1/500 a fornecer pela Câmara Municipal;
- b) Documento que demonstre a titularidade da propriedade do imóvel alvo da intervenção ou de outro direito que confira legitimidade para a outorga do contrato, nos termos descritos no artigo 4.º;

- c) Ficha de Levantamento a fornecer pela Câmara Municipal;
- d) Folha de Trabalho em que se faz referencia ao tipo de obras a realizar, duração dos trabalhos;
- e) Mapa de Acabamentos com a descrição dos materiais a aplicar e, anteriormente validado, em reunião, com o proprietário.

Artigo 8.º

Critérios de atribuição do apoio

A avaliação e seleção dos imóveis a beneficiar dos apoios concedidos ao abrigo do presente regulamento municipal, obedecerá ao seguinte:

1. A ponderação será feita com base nos níveis de anomalias estabelecidos no "Método de avaliação do estado da conservação de imóveis" (MAEC), desenvolvido pelo LNEC e publicado pela portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, com as necessárias adaptações.
2. A avaliação do nível de anomalia que afeta cada elemento funcional é realizada através da conjugação dos seguintes critérios:
 - a) Consequência da anomalia na satisfação das exigências funcionais;
 - b) Tipo e extensão do trabalho necessário para a correção de anomalias;
 - c) Relevância dos locais afetados pela anomalia.
3. A seleção e hierarquização dos imóveis serão determinadas em função da pontuação obtida como resultado da soma dos seguintes critérios, numa escala numérica de 1 a 5, nos seguintes termos:
 - a) Anomalias muito graves – 5 pontos;
 - b) Anomalias graves - 4 pontos;
 - c) Anomalias médias - 3 pontos;
 - d) Anomalias ligeiras - 2 pontos
 - e) Anomalias muito ligeiras - 1 pontos
4. Esta avaliação reflete a forma de cálculo estabelecida no artigo n.º 6 da portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro enquanto que os níveis de anomalias foram classificados segundo a escala constante no artigo n.º 4 da referida portaria.
5. Será dada prioridade aos imóveis cujas patologias ameaçam a integridade física dos peões e careçam de intervenção urgente, como são o caso dos beirais, tubos de queda e varandas.
6. Serão excluídos os imóveis que revelem um adiantado estado de degradação e necessitem de obras profundas, cujo valor ultrapasse o limite estabelecido no n.º 3 do artigo 11.º.
7. A seleção dos imóveis a beneficiar dos apoios concedidos ao abrigo do presente regulamento municipal será decidida pela Câmara Municipal, deliberação tomada com fundamento em relatório técnico que conterà a

descrição da avaliação feita de acordo com os critérios estabelecidos nos números anteriores.

8. O nível de conservação é determinado com base na inspeção das anomalias, visíveis à data da vistoria, segundo os critérios e as regras de avaliação constantes nos números anteriores.
9. Apenas os imóveis que respeitem a traça original (em termos de forma e expressão material) poderão ser alvo de intervenção, excluindo todos aqueles que tenham sido sujeitos a obras em que sejam visíveis algumas graves distorções que desvirtuem e afetem a qualidade e harmonia deste conjunto histórico urbano, tais como, dissonâncias volumétricas, de composição de fachada, de materiais e cores. São exceção os imóveis que tenham pequenas alterações que não afetam a sua expressão e de pequeno impacto, preservando a qualidade e imagem global da fachada, como é o caso de pequenas alterações no desenho dos vãos, para adaptação a comércio, ou pintura do aparelho de granito.

Artigo 9.º

Apoio técnico

O apoio técnico será concedido por um técnico superior, a designar pelo vereador com o pelouro da Cultura, que será o responsável pelo acompanhamento técnico de todo o Programa, bem como na instrução de todo o processo e, caso seja necessário tomar decisões no que respeita à implementação de obras que não estejam previstas e que se afigurem necessárias, elaborará informação à consideração superior, sobre a sua viabilidade.

Artigo 10.º

Tipologias de intervenção

1. As tipologias de intervenção reportam-se à clarificação e pormenorização dos tipos de operação urbanística definidos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e que são também especificadas nas fichas de levantamento e diagnóstico, cujo modelo consta em anexo a este regulamento.
2. Qualquer intervenção ao abrigo do "Programa Património Ativo" deve assegurar que os imóveis conservem a sua traça original e os materiais construtivos que os caracterizam, pelo que nenhum tipo de intervenção física poderá ser efetuada sem que esteja descrita na Ficha de Trabalho e devidamente acompanhada pela equipa técnica da Câmara Municipal de Penafiel.
3. Neste contexto estão previstas diferentes tipologias de intervenção, tais como:
 - 1) Correção de dissonância ou anomalia arquitetónica: ações que têm por objetivo a eliminação de edificações ou partes de edificações que se demarcam do ambiente em que estão inseridas pelo seu volume, cor, textura, estilo ou qualquer outro atributo particular que as descaracterize ou que contenham em si mesmas elementos descaracterizadores da sua expressão formal e/ou material;

- 2) Manutenção e limpeza: ações com carácter preventivo que permitem prolongar a vida do edifício, decorrentes da compreensão da coerência do seu desenho e do seu correto funcionamento;
 - 3) Preservação: ações que têm como objetivo retardar o processo de degradação de um edifício e prolongar a sua existência, sem modificar os elementos existentes e que correspondem à tipologia original/tradicional e mantendo os vestígios de envelhecimento e os elementos fragmentários de uma edificação;
 - 4) Reabilitação: ações que têm por objetivo a adequação e melhoramento das condições funcionais de um edifício, embora mantendo os princípios estruturantes dessa organização, os elementos estruturais do edifício e a imagem global exterior, tais como alteração/substituição da caixilharia;
 - 5) Restauro e preenchimento de lacunas: ações que têm por objetivo a restituição, integral ou parcial, da situação original ou de um estado posterior à construção de um edifício, deteriorado pela ação do tempo ou alterado em épocas sucessivas, visando o restabelecimento da unidade e coerência da edificação do ponto de vista de sua conceção e legibilidade originais e a acentuação dos valores estéticos e históricos de uma edificação;
- 1) Sejam executadas com observância das regras técnicas e das disposições legais regulamentares aplicáveis;
 - 2) Todas as intervenções devem ter como objetivo geral a valorização dos conjuntos urbanos e edifícios através das ações que promovam a sua salvaguarda;
 - 3) As características arquitetónicas e históricas dos conjuntos urbanos e dos edifícios existentes devem ser preservadas, nomeadamente a implantação e alinhamentos, a altura, o volume e a configuração da sua cobertura, seja pela sua tipologia geral ou pelos elementos arquitetónicos que em particular os qualificam;
 - 4) A execução de trabalhos de manutenção, conservação e preservação constantes na "Ficha de Trabalho" terão que ser rigorosamente cumpridas;
 - 5) As intervenções dividem-se nas que visam a reabilitação e correção pontual de pequenas patologias e asseguram a segurança dos peões, de rápida execução, e aqueles em que é necessário uma requalificação mais profunda no imóvel e requerem trabalhos de difícil execução, ambas implementadas com a colaboração financeira dos proprietários;

Artigo 11.º

Tipo de obra e apoios financeiros a conceder

1. A reabilitação de fachadas consiste na realização de obras de manutenção, reparação, restauro, pequenas remodelações, consolidação e reparação de paredes, refechamento de juntas, limpeza de cantarias, aplicação de rebocos e pinturas, reabilitação ou substituição de portas e janelas em madeira, recuperação e limpeza de guardas e beirados e colocação de caleiras e tubos de queda.

2. A clarificação e pormenorização do tipo de obra a executar e a estimativa orçamental está definida na Ficha de Trabalho.

3. Será atribuída pelo Município a todos os proprietários que queiram participar no PPA uma comparticipação até 70% do valor total dos materiais necessários à execução das obras.

4. Para o efeito os interessados deverão apresentar a respetiva fatura comprovativa do pagamento / aquisição, ficando à sua responsabilidade os restantes 30% mínimos.

5. O Município compromete-se a fornecer toda a mão-de-obra necessária à correta execução de todos os trabalhos.

6. A comparticipação do Município, dependerá dos trabalhos a efetuar e não ultrapassará nunca o valor de 1.000 euros, por edifício.

Artigo 12.º

Normas gerais de intervenção

A realização de quaisquer intervenções nas áreas

6) Os proprietários que pretendam fazer uma intervenção mais profunda na fachada do seu imóvel (como é o caso da substituição de caixilharias), desde que devidamente validada pela equipa técnica que acompanha as intervenções ao abrigo deste programa, poderão fornecer o material necessário à elaboração das obras em questão, comprometendo-se a Câmara Municipal a fornecer os meios técnicos e humanos necessários à implementação dos trabalhos;

7) A responsabilidade de participação financeira do proprietário e o tipo de trabalhos a executar está descrita na "Folha de Trabalho".

8) O disposto nos números 6 e 7 do presente artigo aplicam-se a titulares de outros direitos que confiram legitimidade para a outorga do contrato, nos termos descritos no artigo 4.º.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente regulamento municipal entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em boletim municipal e caduca a 31 de Dezembro de 2014, aplicando-se aos contratos administrativos já celebrados."

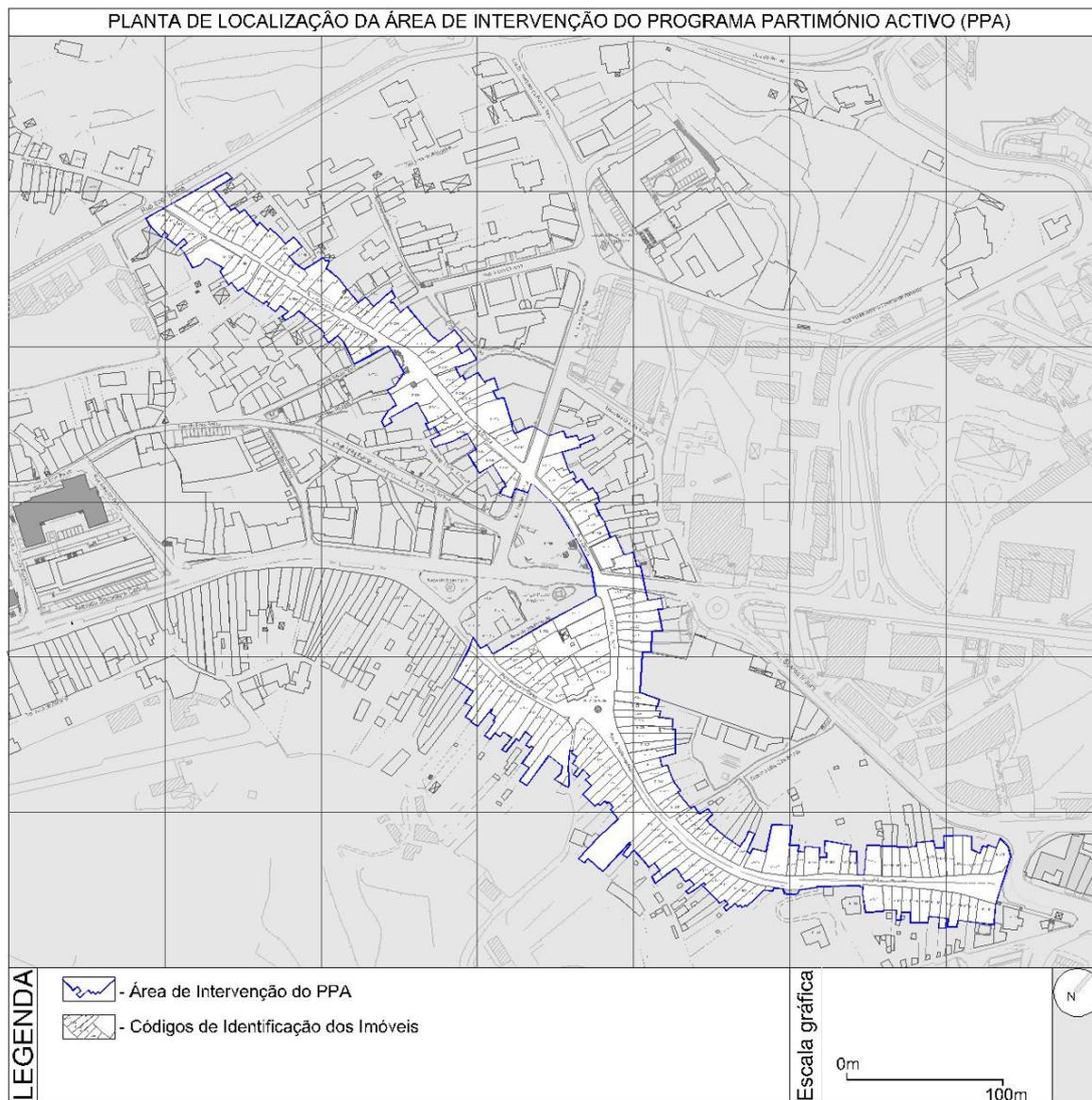
Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, em Boletim Municipal editado na área do respetivo município.

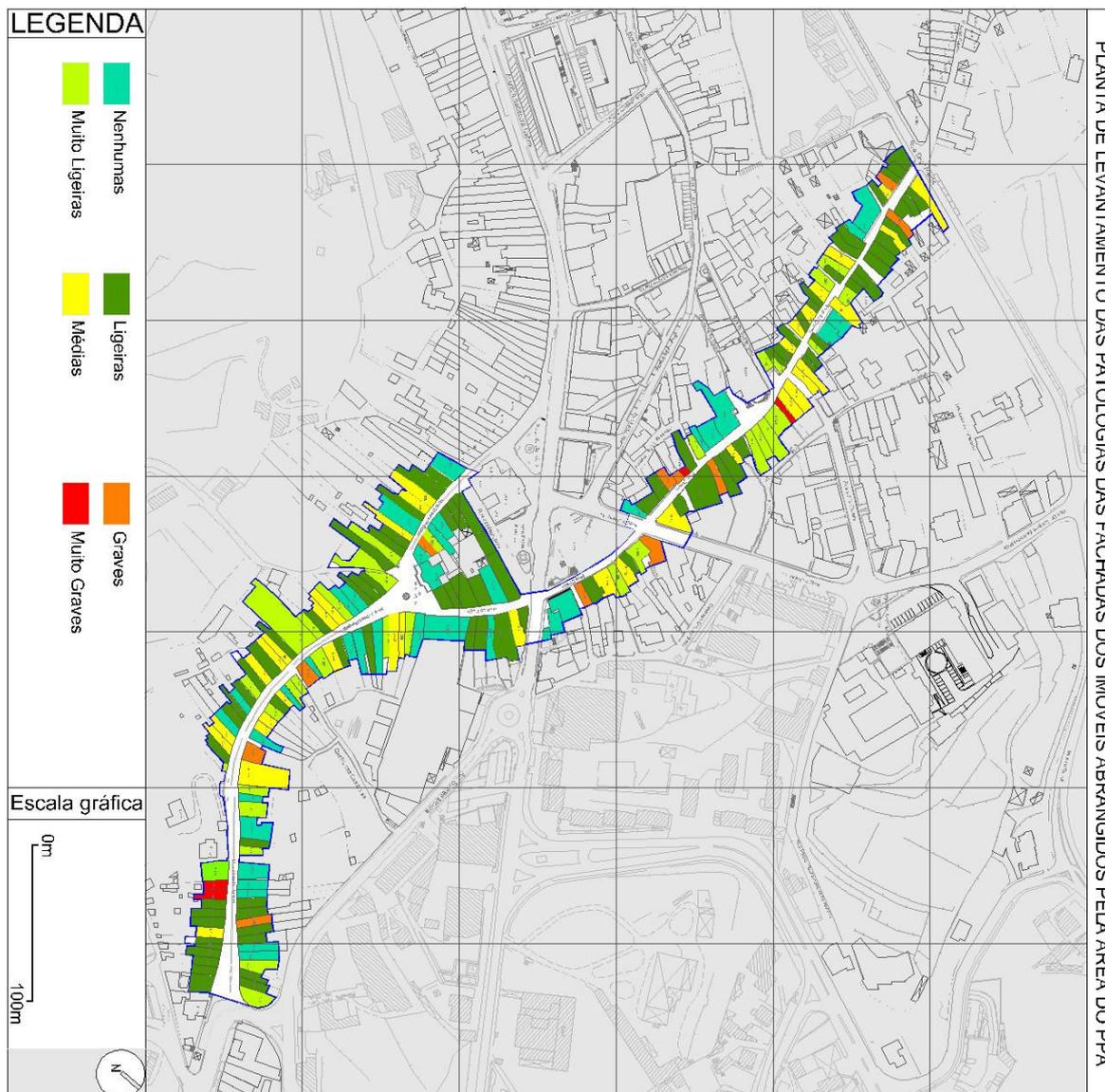
Paços do Município, 2014-07-22.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

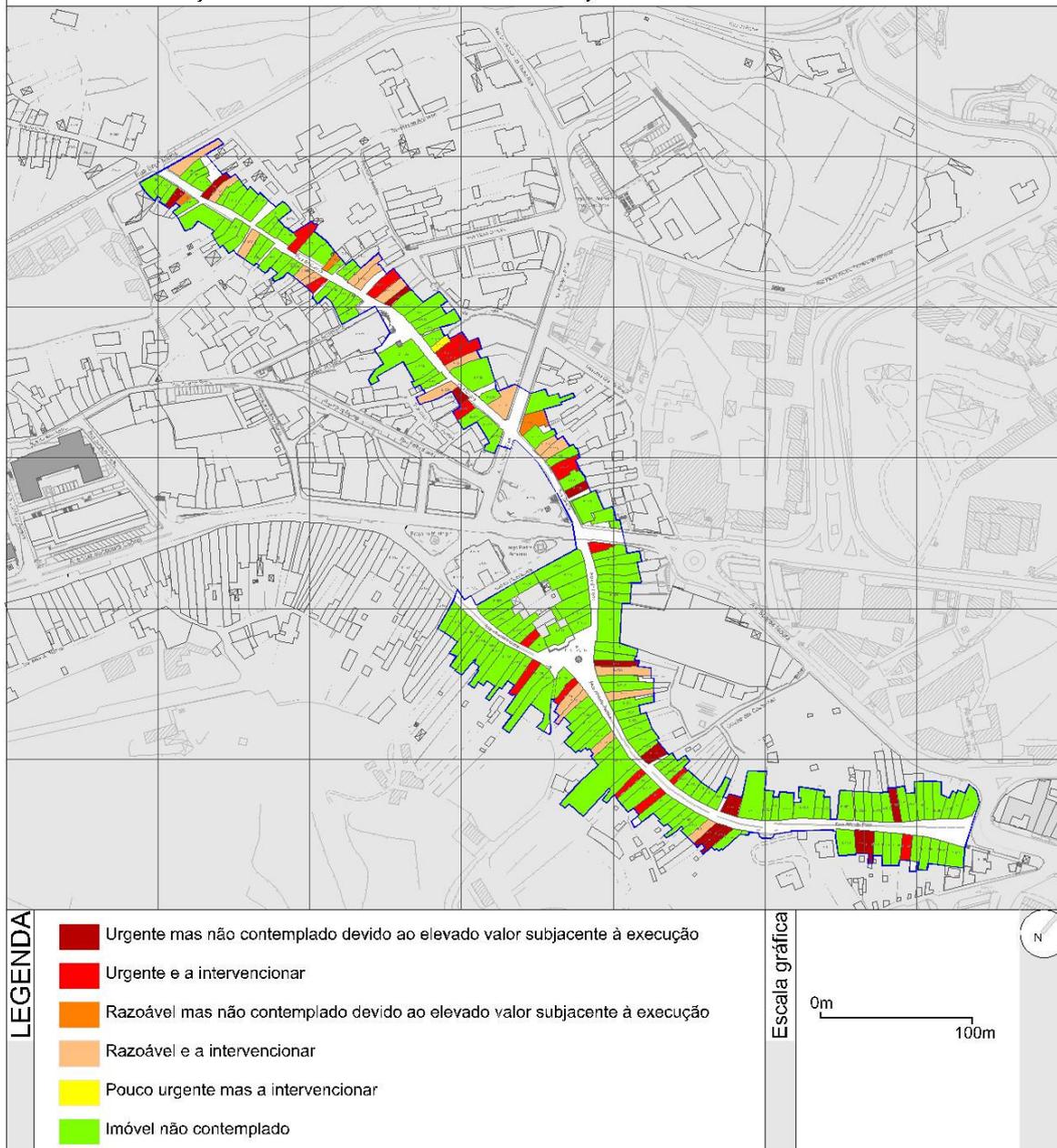
(ANTONINO DE SOUSA, Dr.)

Anexo I





PLANTA DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE URGÊNCIA DA INTERVENÇÃO NOS IMÓVEIS ABRANGIDOS PELA ÁREA DO PPA



EDIÇÃO: Câmara Municipal de Penafiel
DIRECTOR: Presidente da Câmara Municipal
COORDENAÇÃO E REVISÃO DOS TEXTOS: Gabinete Administrativo de Apoio aos Órgãos
Autárquicos